



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE DOURADOS-MS
LETRAS – HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/INGLÊS

JACQUELINE LUCIANO DOS SANTOS

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PROJETO TELÁRIS
PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

DOURADOS

2015

JACQUELINE LUCIANO DOS SANTOS

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PROJETO TELÁRIS
PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Letras Habilitação Português/Inglês da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Doutora Carla Regina de Souza Figueiredo

Coorientadora: Profa. Doutora Eliane Aparecida Miqueletti

DOURADOS

2015

JACQUELINE LUCIANO DOS SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE LETRAS HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/INGLÊS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PROJETO TELÁRIS
PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

APROVADO EM: _____/_____/2015.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Regina de Souza Figueiredo
UEMS/DOURADOS

Coorientadora: Profa. Dra. Eliane Aparecida Miqueletti
UEMS/DOURADOS

Prof. Dr. Adílson Crepalde
UEMS/DOURADOS

Profa. Msc. Elma Luzia Corrêa Scarabelli
UEMS/DOURADOS

À minha mãe, que fala “*prástico, bicicleta, chicrete...*”

ao meu avô, que falava “*fruta..*”.

ao meu filho que fala “*não trazeremos*”

ao meu irmão, que fala “*eu di...*”

ao meu esposo, que fala “*pra mim podê fazê...*”

e, às professoras, Carla e Regiane, que me ensinaram a tratar esses fenômenos como variação linguística e não erros gramaticais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre mostrar-se presente em minha vida, e pela realização do sonho de ser professora.

À minha mãe, por ser um exemplo de perseverança e sempre acreditar na minha capacidade, orando todos os dias para eu ter forças frente às adversidades.

Ao meu marido, filhos, familiares e amigos, pelo apoio e compreensão diante das minhas ausências, entendendo a importância desse momento para mim.

À minha orientadora, por compartilhar seu tempo e conhecimento e, principalmente, pela calma e compreensão com que tratou meus problemas e falhas, demonstrando carinho e amabilidade, em sua terna voz, sempre que eu precisava.

À minha amiga Steffany, que é muito especial para mim, com quem compartilhei momentos bons e ruins nessa trajetória, e esteve sempre ao meu lado.

Aos meus colegas, formandos 2015, que ficarão para sempre guardados na minha memória.

Ao PIBID, às disciplinas de Estágio supervisionado e Linguística, e à Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, que oportunizaram as minhas observações acerca do ensino/aprendizagem atual, contextos e mudanças, situação na qual surgiu a dúvida que deu início à elaboração desse trabalho.

RESUMO

No início dos anos 80, o ensino de Língua Portuguesa começou a ser tratado de forma mais abrangente no cenário educacional brasileiro. Segundo Brasil (1998), a tradição de abordagem normativa passou a ser reavaliada a partir do crescente estudo acerca da variação linguística e psicolinguística, o que levou ao desenvolvimento das áreas de Psicologia da Aprendizagem e Educação. Os apontamentos trazidos pelos PCN's de Língua Portuguesa e a disciplina em si preconizam um ensino que valorize as novas descobertas de linguagem e que tratem a língua como um sistema heterogêneo, desmarginalizando os fenômenos da variação linguística. No auxílio desse processo, o material didático, sendo uma ferramenta importante, precisa abordar o assunto em questão de forma clara e neutra, começando por disponibilizar conceitos básicos e explicitar a pluralidade da língua no Brasil. Assim sendo, este trabalho consiste na investigação sobre a metodologia de ensino aplicada no que diz respeito ao tema variação linguística, conforme abordagens existentes nos livros didáticos do Projeto Teláris, aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático de Língua Portuguesa e utilizados nos anos finais do Ensino Fundamental da Escola Menodora Fialho de Figueiredo, entre os anos de 2014 e 2015. Pretende-se identificar as limitações e os equívocos cometidos, e também, como se apresentam os conceitos que envolvem esse fenômeno. Tem-se como base teórica, conceitos defendidos pela Sociolinguística. Mediante as análises realizadas, verificou-se que a coleção apresenta a intenção de trabalhar com as questões da linguagem e competência comunicativa, mas peca na falta de clareza conceitos essenciais para esse aprendizado, entre outros, os de norma culta e padrão.

Palavras-chave: Variação Linguística. Livros Didáticos. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

In the early 80s, the teaching of Portuguese language began to be discussed more broadly in the Brazilian educational scene. According to Brazil (1998), the normative approach to tradition came to be reevaluated from the increasing study of the linguistic variation and psycholinguistics, which led to the development of Psychology areas of Learning and Education. The notes brought by PCN Portuguese Language, discipline itself advocate a school that values the new language of discovery, and treat language as a heterogeneous system, mainstreaming the phenomena of linguistic variation. In aid of this process, the teaching materials, is an important tool, it needs to approach the subject matter in a clear and neutral manner, starting with providing basic concepts and explain the plurality of language in Brazil. Therefore, this work consists in research on teaching methodology applied in relation to the subject linguistic variation as existing approaches in textbooks Teláris Project, approved by the National Textbook of Portuguese Language Plan and used in the final years of Elementary School at Public School Menodora Fialho de Figueiredo, between the years 2014 and 2015. The aim is to identify the limitations and mistakes made, as well as present the concepts involved in this phenomenon. It has been as a theoretical basis, concepts espoused by the Sociolinguistics. Through the analyzes, it was found that the collection presents the intention of working with the issues of language and communicative competence, but suffers a lack of clarity essential concepts for this learning, among others, the refined rules and pattern rules.

Key words: Variation Linguistics. Didactic books. Elementary School

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	11
1.1 Da Linguística à Sociolinguística	11
1.2 Norma culta x Norma padrão x Norma Vernacular	14
1.3 Variável, Variante, Variedade e os equívocos teóricos no ensino de Língua Portuguesa	15
1.4 A variação linguística nos livros didáticos	18
1.5 O que dizem os PCNs, Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul e o PPP da escola sobre a variação linguística	19
CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS	21
2.1 O livro didático	21
2.2 Monolinguismo x pluralidade da língua no Brasil	22
2.3 Variedades rurais e regionais	23
2.4 Gramáticas	25
2.4.1 Fenômenos Gramaticais	27
2.4.2 Exemplos de “certo” e “errado” no ensino de Língua Portuguesa	27
2.5 Mudança linguística	29
2.6 Fatores da mudança linguística	30
CAPÍTULO III – ANÁLISE	33
3.1 Os livros didáticos do Projeto Teláris	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
BIBLIOGRAFIA	50

INTRODUÇÃO

As questões e discussões que envolvem a variação linguística, vão além de sotaques, regionalismos e dialetos. Muitos pesquisadores defendem a ideia de que os brasileiros, na fala, utilizam uma língua assim denominada, português brasileiro. As variações existentes nos falares mostram a disparidade entre a língua escrita e a língua falada.

A variação linguística é inerente ao ser humano e varia com o tempo. A existência desse fenômeno é assegurada enquanto existir indivíduos que necessitem de meios para se comunicar. No Brasil, apesar de haver apenas uma língua nacional, é notável as diferenças sintáticas, fonológicas e morfológicas da língua em uso, que identificam falantes de uma determinada comunidade linguística e acentuam as variedades específicas de cada comunidade de fala.

Como resultado, percebe-se uma preocupação em fazer uma abordagem mais significativa sobre a variação linguística desde o Ensino Fundamental. Espera-se que os alunos desta etapa consigam identificar as mudanças na língua, partindo do pressuposto que eles já dominam uma dessas variedades, que seria a usada na comunidade de fala a qual fazem parte.

Tem-se a intenção de explicar a ocorrência desses fenômenos e combater o preconceito existente, demonstrando o elo entre cultura, meio social e desenvolvimento histórico das sociedades, relacionando-os com os aspectos das variadas formas de linguagem. A partir dessas relações, o aluno conseguirá analisar menos subjetivamente as questões que abordam esse tema.

É relevante investigar a contribuição do professor nesse processo, bem como verificar se o material didático contempla o conteúdo de forma adequada. O ambiente também é significativo, por conseguinte, constata-se que a escola pública é o lugar ideal para tal investigação. O seu público diversificado, dada às diferenças socioculturais, apresenta uma linguagem que se afasta da norma culta.

Pretende-se desmitificar a noção de “erro” atribuída à variação linguística. Para tanto, o professor precisa entender essa distinção, dominar o conceito e tomar conhecimento da existência de variações dentro das variações, para melhor compreensão por parte dos alunos na prática de ensino e também para avaliar o material didático.

Sendo o livro didático uma ferramenta que auxilia o professor na prática escolar, e a variação linguística um assunto que requer uma base teórica e conceitos bem fundamentados, busca-se identificar como essa temática é abordada no material disponibilizado para o Ensino Fundamental da Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, nos anos de 2014 e 2015.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho é analisar as abordagens explícitas sobre variação linguística, a partir de alguns conceitos e atividades apresentados. Para isso,

realizou-se pesquisa bibliográfica sobre o assunto e, logo após, a análise dos quatro volumes do livro didático de Língua Portuguesa do Projeto Teláris destinados aos últimos anos do Ensino Fundamental, dos quais foram extraídos recortes que apresentaram assuntos, discussões, exercícios e apontamentos referentes ao tema estudado.

Espera-se que o trabalho possa servir como suporte para um melhor entendimento das questões acerca da variação linguística, e a importância de uma conceituação qualitativa que proporcione aos leitores (os alunos) suporte, visando a melhoria do aprendizado.

Pretende-se suscitar discussões na Escola Menodora Fialho de Figueiredo e também nas demais escolas, disponibilizando uma cópia do trabalho para a unidade escolar, conscientizando os professores responsáveis pela escolha dos livros didáticos, sobre aspectos comunicativos e a valorização das variedades linguísticas, esperando que se tenha a dimensão desse fenômeno para a construção da língua nacional e a atuação essencial dos falantes nesse processo.

A fundamentação teórica principal provém da Sociolinguística e de estudiosos que realizam a reflexão sobre variação e ensino de Língua Portuguesa, entre outros, as obras *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* e *Nada na língua é por acaso* de Marcos Bagno, *Sistema, mudança e Linguagem* de Dante Lucchesi e *Sociolinguística: uma introdução crítica* de Louis-Jean Calvet.

Para contemplar a abordagem, o trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro apresenta-se a fundamentação teórica utilizada para embasar a análise dos dados coletados. Na metodologia, localizada no segundo capítulo, procura-se traçar um caminho para a investigação da abordagem do tema variação linguística nos livros didáticos, apontado a função desse recurso no âmbito escolar, como os documentos oficiais relacionam o ensino de Língua Portuguesa aos fenômenos linguísticos e quais as perspectivas de evolução da língua deve-se observar.

O terceiro capítulo refere-se à análise dos dados extraídos dos livros, com apontamentos sobre como as abordagens encontradas podem inferir no ensino/aprendizagem. Por fim, as considerações finais representam as impressões e resultados obtidos sobre a temática.

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Ao pesquisar questões relacionadas à variação linguística, é necessário o esclarecimento de conceitos fundamentais, tais como: o que são variação, variedade e variável linguística. Além disso, para melhor assimilação desses conceitos, é preciso um estudo de quando, como e onde surgem as premissas e, também das concepções de língua e linguagem existentes.

Assim sendo, o presente trabalho iniciará trazendo algumas informações acerca do processo histórico da língua; suas mudanças, organização e manifestações. Já com esse aporte, poder-se-á observar, no que diz respeito ao ensino de variação linguística no Ensino Fundamental, como os conceitos de “certo” e “errado” se propagaram, bem como investigar essa abordagem nos livros didáticos.

1.1 Da Linguística à Sociolinguística

Por muito tempo, a Linguística foi denominada como “a disciplina que estuda a linguagem”, compreendendo esse conceito como ferramentas que propiciassem o processo de comunicação dentro determinada comunidade. Ao longo de sua história, correntes e teóricos amadureceram conceitos, nem sempre concordando entre si, e no cerne de algumas questões está a relação entre linguagem e língua.

De acordo com Martelotta (2013, p.16), os linguistas compreendem a linguagem como algo mais amplo, a capacidade humana, dentro da qual a língua é um meio de comunicação:

Entendendo linguagem como uma habilidade, os linguistas definem o termo como a capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio de línguas. Por sua vez o termo “língua” é normalmente definido como um sistema de signos vocais utilizado como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística.

Dois linguistas em particular desenvolveram discursos nesse sentido, um deles foi Antoine Meillet (1866-1936) que, em muitas de suas produções, agregava à língua um caráter social. Já Ferdinand Saussure (1857-1913), segundo Calvet (2002), buscava elaborar um modelo abstrato da língua, concebendo a linguagem a partir da língua e da fala.

A proposta elaborada por Saussure, considerado o pai da Linguística, estabelecia que a língua, objeto da Linguística, era um sistema, condicionado a princípios de funcionamento, e a fala era um ato individual e subjetivo do falante. Para ele a língua era um fato social, que poderia ser entendido como um sistema convencional adquirido no contexto comunicativo. Segundo Dante Lucchesi, nesse sentido, a concepção de língua seria de um sistema unitário, homogêneo

e fechado em sua lógica interna apoiada na ideia de que a língua se impõe de maneira inexorável ao indivíduo (LUCCHESI, 2004).

Depois da publicação (póstuma) do *Curso de linguística geral*, compilado pelos discípulos de Saussure, Meillet acentua sua crítica aos conceitos firmados no livro dizendo que “ao separar a variação linguística das condições externas de que ela depende, Ferdinand de Saussure a priva de realidade; ele a reduz a uma abstração que é necessariamente inexplicável” (MILLET, 1965, p. 230 apud CALVET, 2002, p. 14).

Ao tratar a língua como sistema homogêneo, o estruturalista estabeleceu diferenças ou, melhor dizendo, dicotomias que ao passar dos anos foram sendo criticadas em alguns pontos, sobretudo por focar sua atenção na língua como um sistema homogêneo regido por leis internas de funcionamento. Em resumo:

Portanto, para Saussure, a língua não se confunde com a linguagem, é, sim, uma parte essencial e bem determinada dela. E essa parte deveria ser destacada do todo, já que a linguagem é “multiforme e heteróclita (...) ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, e pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social”. Para Saussure, a linguagem, enquanto conjunto das manifestações do fenômeno linguístico, “não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade” (LUCCHESI, 2004, p.43).

Os estudos de Saussure impulsionaram as investigações de vários aspectos, entre outros, as mudanças ocorridas ao longo do tempo, apesar de ainda estar ligado à visão estrutural de língua. Nesse sentido, está a relação entre o estudo diacrônico que propõe uma análise comparativa entre momentos da história da evolução de determinada língua, e o estudo sincrônico faz um recorte no tempo e descreve a língua nesse determinado momento.

O estruturalismo proposto por Saussure não apenas aponta as diferenças entre essas duas formas de investigação, mas, sobretudo, registra a prioridade do estudo sincrônico sobre o diacrônico. Ou seja, para Saussure, o linguista deve estudar principalmente o sistema da língua, observando como se configuram as relações internas entre seus elementos em um determinado momento do tempo. Esse tipo de estudo é possível porque os falantes não têm informações acerca da história de sua língua e não precisam ter informações etimológicas a respeito dos termos que utilizam no dia a dia: para os falantes, a realidade da língua é o seu estado sincrônico (MARTELOTTA, 2013, p.118).

Ao longo do tempo, outros teóricos, a partir da leitura de Saussure, voltam-se para a análise da interferência do social na língua, as variações linguísticas, estudadas hoje pela Sociolinguística. Segundo Elia (1998) em 1960 houve um impulso para esses estudos, a língua no meio social, os fatos linguísticos relacionados aos fatos sociais e surge a Sociolinguística para estudar as relações entre língua e sociedade, entendendo a língua como um sistema de vários níveis (fonológico, morfológico, sintático e semântico), integrados num todo historicamente estruturado. Sendo assim, adota como objeto de estudo, a língua em uso dentre

uma comunidade de fala e as possíveis contribuições da socialização dessa língua. Nesse contexto, Calvet (2002) esclarece que a Sociolinguística que conhecemos é herança de autores como Meillet, Bright e Labov.

Contribuições de diversos teóricos da área mostram que, dada às distinções entre os grupos linguísticos que compartilham, nesse processo comunicativo, normas, atitudes, mediante o uso da linguagem, existirá a variação linguística entre formas que podem ser usadas concomitantemente ou em concorrência. Isso faz com que a Sociolinguística Variacionista também seja tratada com Teoria da Variação.

O sociolinguista se interessa por todas as manifestações verbais nas diferentes variedades de uma língua. Um de seus objetivos é entender quais são os principais fatores que motivam a variação linguística e qual a importância de cada um desses fatores na configuração do quadro que se apresenta variável. O estudo procura verificar o grau de estabilidade de um fenômeno, se está em seu início, ou se completou a trajetória que aponta para a mudança (CEZARIO e VOTRE, 2008 apud MARTELOTTA, 2011, p. 48).

É preciso salientar que a variação ocorre em vários níveis da fala, a saber: (1) variação fonético-fonológica (refere-se à pronúncia); (2) variação morfológica (as várias desinências que podem expressar a mesma ideia); (3) variação sintática (as possibilidades de organização frasal para expressar o mesmo sentido de maneiras diferentes); (4) variação semântica (origem do falante); (5) variação lexical (palavras com o mesmo sentido); e variação estilístico-pragmática (situacionalidade).

Existem nesse âmbito, fatores sociais que auxiliam na identificação da ocorrência da variação linguística. São os chamados fatores extralinguísticos, que conjuntamente facilitam o estudo da língua falada por determinados grupos sociais específicos. De acordo com Marcos Bagno (2007, p. 44), eles podem ser de ordem geográfica, socioeconômico, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho e redes sociais; e todos corroboram para uma pesquisa sociolinguística competente e fiel a realidade dos usos da língua no Brasil.

Apesar de todos esses fatores que parecem “bagunçar” a língua, a heterogeneidade é ordenada, há certos princípios de coerência interna que são impossíveis de desobedecer, mesmo no livre ato da fala. É importante entender, que essa “liberdade” de certa forma, também condiciona a fala à fatores situacionais e intencionais, intrínsecos à linguagem do falante.

Para explicitar esse processo, Bagno (2007, p.43) discorre sobre o seu apreço pela variação e o descontentamento com a divisão “certo” e “errado”:

A heterogeneidade ordenada tem a ver, então, com essa característica fascinante da língua: o fato dela ser altamente estruturada, de ser um sistema organizado e, sobretudo, um sistema que possibilita a expressão de um mesmo conteúdo informacional através de regras diferentes, todas igualmente lógicas e com coerência

funcional. E mais fascinante ainda: um sistema que nunca está pronto, que o tempo todo se renova, se recompõe, se reestrutura, sem todavia nunca deixar de proporcionar aos falantes todos os elementos necessários para sua plena interação social e cultural. É lamentável que uma coisa tão maravilhosa, complexa e apaixonante tenha sido reduzida, na tradição escolar, a uma divisão estúpida entre “certo” e “errado”, ainda mais estúpida porque se baseia em preconceitos sociais e culturais que já devíamos ter abandonado há muito tempo [...]

Portanto, pode-se entender a variação linguística como um fenômeno cultural, motivado pelos fatores linguísticos e extralinguísticos, organizado pelo sistema ao qual pertence. Seria mais apropriado, nesse prisma, abandonar os conceitos de “certo” e “errado” e adotar “adequado” e “inadequado”, que parecem ser mais condizentes com essa heterogeneidade inerente a qualquer comunidade de fala.

Torna-se necessário conhecer, dentro desse sistema, a classificação da variação sociolinguística, que consiste em um estudo dos padrões de comportamento linguístico que são recorrentes em uma determinada comunidade de fala, organizado da seguinte forma: (1) diatópica (entre modos de falar de lugares diferentes); (2) diastrática (entre modos de falar de diferentes classes sociais); (3) diamésia (entre língua falada e a língua escrita); (4) diafásica (modos de falar em contextos diferentes [adequação]); (5) diacrônica (diferentes etapas da história de uma língua) (BAGNO, 2007).

De maneira geral, verifica-se que essas preocupações perpassam o objetivo central da Sociolinguística como disciplina científica, segundo Bagno (2007, p. 38), “[...] é precisamente relacionar a heterogeneidade linguística com a heterogeneidade social. Língua e sociedade estão indissoluvelmente entrelaçadas [...]”. Dentro disso, alguns conceitos, ou até mesmo “estigmas” surgem ligados à determinações sociais, como os apresentados nos tópicos seguintes.

1.2 Norma culta x Norma padrão x Norma Vernacular

Os conceitos de norma culta, norma padrão e norma vernacular, esbarram no sentido da palavra norma, comum a eles, que hora está relacionada à normalidade, hora à prescrição. A norma, no sentido de normalidade, condiz, linguisticamente, as preferências sintagmáticas, no exercício da fala. Por sua vez, a norma no sentido de prescrição, diz respeito à normatividade linguística que instituem parâmetros para o uso da língua.

A saber, a norma culta é apresentada por alguns gramáticos como a forma correta de falar, socialmente prestigiada. Segundo Irandé Antunes, “a norma culta é um requisito linguístico-social próprio para as situações comunicativas formais, sobretudo para aquelas atividades ligadas à escrita” (ANTUNES, 2007, p.88). Como trata-se da adequação da

linguagem às situações sociocomunicativas, Bagno (2002), defende a nomenclatura variedade culta.

A norma-padrão seria uma forma modelar idealizada de língua, conservadora, que privilegia o uso de uma “mesma língua” em âmbitos gerais, desconsiderando particularidades setoriais, regionais ou locais, propondo uma uniformidade linguística. Implica em regras, homogeneizadoras e consensuais, impostas pelas gramáticas normativas.

Em contrapartida, a norma vernacular está fora dessa norma prescritiva e encaixa-se na área da normalidade, designando uma língua menos monitorada, informal, espontânea de uma determinada comunidade linguística com uma variedade linguística própria (BAGNO, 2007).

No âmbito escolar, a diferenciação desses conceitos pode evitar equívocos e suposições ideológicas. Há de se esclarecer que a norma-padrão não passa de parâmetros de escrita. A norma culta, não deve ser entendida ao “pé do adjetivo”¹; pois, se a pessoa não detém tais particularidades, não significa que ela é inculta. O indivíduo possui sua cultura própria e não é aconselhável discriminar qualitativamente essa cultura. Além disso, é preciso considerar o contexto dos alunos e mostrar como se configura a variação linguística e a sua correlação com normas.

1.3 Variável, Variante, Variedade e os equívocos teóricos no ensino de Língua Portuguesa

Para melhor apreensão dos estudos da Sociolinguística Variacionista, três termos precisam estar bem esclarecidos: variável, variante e variedade linguística. Figueiredo (2014) procura abordar primeiramente a variável linguística, e para isso define que:

[...] a sociolinguística constrói um aporte teórico para os estudos da variação linguística que articula as suas dimensões estrutural e histórica. Além disso, formalizou sua unidade de análise no conceito de variável linguística, entendida como parte integrante do sistema e regida por um sistema. [...] A variável linguística representa a forma estrutural que imprime, de certo modo, um significado social (FIGUEIREDO, 2014, p. 33. apud WEINRECH, LABOV & HERZOG, 2006, p. 105).

Portanto, variável linguística corresponde a algum elemento da língua com maneiras diferentes de ocorrência, ou seja, são construções linguísticas passíveis de variação que irão constituir as variantes linguísticas.

Já as variantes, seriam as possibilidades de apresentação de uma variável, ou, como bem pontuou Fernando Tarallo, “são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo

¹ Quando se fala em algo *culto*, relaciona-se a palavra à cultura, e nesse caso a referência é arbitrária, pois não dominar a variedade culta não faz do falante um ser sem cultura.

contexto e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO,1986, p.8). É o caso das palavras *quente* e *carro* que podem ser pronunciadas de formas diferentes dependendo da região

O uso da língua implica uma série de fatores, dos quais mais comumente percebe-se o cultural, o social, o regional e o histórico. No entanto, a situacionalidade também assume um importante papel nesse contexto, já que o indivíduo pode e vai adequar a sua fala dependendo do público e lugar ao qual está dirigindo a palavra.

Segundo Bagno (2007, p.57) a variedade linguística é o modo característico de falar a língua, de determinado grupo social ou de determinada região geográfica. Está assim dividida: (1) o dialeto (ou variedade regional), que depende das pessoas que usam a língua, ou seja, a variação é comum a um determinado grupo de falantes. Por exemplo, a palavra *mandioca*, que também pode ser chamada de “aipim” e “macaxeira”; (2) o socioleto (ou variedade social), que designa a variedade própria de um grupo de falantes que compartilham as mesmas particularidades socioculturais. Um exemplo clássico é a palavra *banheiro*, que pode-se encontrar na forma estrangeira *toilet*, “reservado”, “casinha” etc; (3) o cronoleto (ou variedade generacional) diz respeito à variedade própria de determinada faixa etária, ou seja, de uma geração de falantes. Percebe-se essa variedade nas palavras usadas para representar uma garota bonita: “broto”, “filé”, “gatinha” etc ; (4) e o idioleto, que designa o modo característico de um indivíduo falar (BAGNO, 2007).

Sabendo dessas classificações, aspectos e possibilidades relacionadas à variação linguística é que se pode entender a dificuldade no aprendizado, já que as diferenças entre língua falada e língua escrita vão além da falta de conhecimento da norma culta ou padrão. O material didático precisa ter sensibilidade e cautela necessária para apresentar tais conceitos.

Em seu livro intitulado “Os sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português”, Marcos Bagno discorre sobre sete erros teóricos mais graves acerca do ensino de variação linguística, propondo desenvolver uma pedagogia que supere tais problemas.

O primeiro trata-se da falsa sinonímia culto/padrão, que confunde norma padrão (ideal linguístico) e norma culta (variedades urbanas de prestígio). Segundo ele, os livros didáticos usam vários termos, erroneamente tratados como sinônimos, para designar elementos que na Sociolinguística têm conceitos bem diferentes (BAGNO, 2013, p. 74-78).

O segundo erro diz respeito à desconsideração da variação estilística, associando norma culta ou padrão com formalidade. Esse tipo de variação está ligado ao uso individual, ou seja, o indivíduo adequa sua fala mediante o contexto de interação no qual ele está inserido. Quanto maior o grau de letramento desse indivíduo, maiores são suas “possibilidades linguísticas” nos processos sociocomunicativo (BAGNO, 2013, p. 78- 80).

O tratamento da norma-padrão como “variante” da língua configura o terceiro erro. Porém isso não é fato exclusivo dos autores de livro didático, alguns teóricos também estão suscetíveis a esse “lapso etimológico”, todavia, sabe-se que ao se tratar do emprego desses termos no material didático, está se referindo à norma padrão mais tradicional possível. Daí configura-se o equívoco (BAGNO, 2013, p. 80-82).

O quarto, diga-se de passagem, o mais proferido, é o do tratamento da variação linguística como variedade regional, rural, ou de pessoas não escolarizadas. Pelo fato de ser atribuído à variação o *status* de “falar errado”, há um distorcido costume de interpretar as variações dos falantes urbanizados e escolarizados como “fala informal”. Assim, marginaliza-se os falares regionais ou “da roça”, considerando-os “falares incorretos” (BAGNO, 2013, p. 82-88).

O quinto erro fala sobre a escrita como ideal, ou seja, a fala não passar de uma forma corrompida de expressar a escrita (BAGNO, 2013, p. 88). Segundo John Lyons, “até pouco tempo os gramáticos vinham-se preocupando quase exclusivamente com a língua literária, ocupando-se muito pouco da língua coloquial cotidiana”, negando a interdependência desses dois fatores (LYONS, 2009, p.9). Descarta-se, nessa perspectiva, as ações da fala nos processos de mudança linguística, e a ocorrência de variação também na língua escrita.

Alguns livros didáticos apresentam a norma-padrão como um conjunto de regras a serem seguidas. Nesse sentido, essas regras adquirem aspectos de “leis” que irão determinar o que é “certo” ou “errado”. O sexto erro configura-se em não admitir ou considerar que regra, cientificamente, remete à regularidade e, portanto, são convenções que organizam contextualmente determinado sistema (BAGNO, 2013, p. 94-105).

Finalmente, o sétimo erro aponta para uma visão errônea dos autores de livros didáticos que sugerem o confronto entre uma variedade não padrão ou linguagem coloquial e a norma culta. Os exercícios propostos sugerem que a forma coloquial está “errada” e que o aluno precisa “passar para a norma culta”, para contemplar o objetivo de ensinar a maneira “certa” da língua, novamente equivocando-se com os conceitos de norma padrão e norma culta (BAGNO, 2013, p. 105-116).

Difícil mesmo, é explicar toda essa contradição no ensino de variação linguística. Para tanto, Bagno acrescenta:

É injustificável – para dizer o mínimo – que em pleno século XXI os livros didáticos de português no Brasil (escrito por autoras e autores formados nos nossos mais importantes centros de pesquisa linguística) continuem estampando, como verdades ou como “leis” gramaticais, regras que há mais de cem anos não correspondem em absolutissimamente nada à gramática do português brasileiro (BAGNO, 2013, p116).

É esse o ponto de investigação pretendido nesse trabalho ao analisar os livros didáticos da Escola Menodora Fialho de Figueiredo no ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, pois em uma cidade como Dourados, com considerável gama de contatos linguísticos, a variação linguística há de ser tratada com mais cautela e, considerar fatores sociais, culturais, de idade, de sexo, de etnias.

1.4 A variação linguística nos livros didáticos

Atualmente os livros didáticos, desenvolvidos por iniciativas privadas e comprados pelo MEC, passam por uma avaliação e são aprovados por professores especializados, que seguem critérios compilados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em atuação desde 1985. Esses livros passam a compor o Guia de livros didáticos, que serve como um catálogo para os docentes da escola básica escolherem o material que melhor atendam suas necessidades na prática de ensino escolar (ZILLES e FARACO, 2015).

Apesar de haver entre esses profissionais, linguistas que muito contribuem, ao pontuarem e avaliarem a (falta de) variação linguística, o tratamento desse assunto ainda se revela problemático. A confusão na exposição de certos conceitos e a falta de base teórica de qualidade são fatores que prejudicam o ensino.

Em geral, o que se constata é que a variação linguística é apresentada como sinônimo de variedade regional, rural ou provenientes de pessoas não escolarizadas. Muitos autores usam as tirinhas do personagem Chico Bento, de Maurício de Souza, para explicitar tais fenômenos. Sobre essa prática, Bagno afirma:

É preciso criticar e abandonar a prática pedagógica de usar textos não autênticos para o estudo da variação linguística. Tirinhas do Chico Bento, músicas de Adoniram Barbosa e Luís Gonzaga, poemas de Patativa do Assaré etc, não são material adequado para a análise da diversidade linguística brasileira. No lugar dele podemos recorrer a manifestações autênticas da nossa realidade linguística (BAGNO, 2007, p.140).

Mais uma vez, reafirma-se a importância de conceituar qualitativamente as particularidades da variação linguística, visando expandir o olhar para o contexto de ensino e a situação real e atual do português brasileiro.

1.5 O que dizem os PCNs, Referencial Curricular de Mato Grosso do Sul e o PPP da escola sobre a variação linguística

No início dos anos 80, o ensino de Língua Portuguesa começou a ser tratado de forma mais abrangente no cenário educacional brasileiro. Segundo os Parâmetros curriculares nacionais (1998), doravante PCN, a tradição de abordagem normativa passou a ser reavaliada a partir do crescente estudo acerca da variação linguística e psicolinguística, que resultou no desenvolvimento das áreas de Psicologia da Aprendizagem e Educação.

Todo esse movimento foi fomentado por discussões mais sérias acerca do ensino de Língua Portuguesa. O ensino foi considerado alheio à realidade do aluno, com uma abordagem que não atentava para o contexto e com uma supervalorização da gramática normativa. Concluiu-se então, que a língua é “algo que varia no tempo e no espaço” (CARVALHO & SANTANA, s/a, p.3).

Nesse sentido, o PCN apresenta a seguinte proposta:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1998. p.5).

Com o objetivo de formar cidadãos, esse documento nacional norteia um ensino que considere a língua heterogênea, que varia no tempo e espaço, constituinte da identidade do brasileiro. O documento considera a variação linguística como inerente ao ser humano e de impossível normatização.

Na parte apontada como “Objetivos gerais de Língua Portuguesa para o ensino fundamental”, observa-se, em dois trechos, como se propõe a abordagem do fenômeno na escola:

Item 4: -conhecer e valorizar as diferentes variedades do Português, procurando combater o preconceito linguístico;

Item 5: -reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana, na elaboração artística e mesmo nas interações com pessoas de outros grupos sociais que se expressem por meio de outras variedades (BRASIL, 1998, p.33).

Demonstra-se também, a preocupação de que os professores estejam a par dessas propostas e abandonem a abordagem restrita à norma padrão, desmistificando os preconceitos linguísticos e respeite as linguagens dos alunos. Para tanto, os PCN julgam que:

[...] é importante que o aluno, ao aprender novas formas linguísticas, particularmente a escrita e o padrão de oralidade mais formal orientado pela tradição gramatical, entenda que todas as variedades linguísticas são legítimas e próprias da história e da cultura humana (BRASIL, 1998, p. 82).

Nesse âmbito, o professor torna-se peça fundamental para que o ensino/aprendizagem de variação linguística tenha excelência em qualidade, visando a melhoria dos processos interacionais possíveis na escola.

Na rede de ensino de Mato Grosso do Sul, o Referencial Curricular é um documento que propõe balizar as ações pedagógicas e propiciar um ensino interdisciplinar, além de garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes. Suas propostas procuram atender às reformas educacionais e necessidades das instituições. Além disso, mostra a preocupação em fornecer meios de se construir um currículo que atenda às particularidades dos alunos encontrados nesse ambiente, bem como “respeitar as formas de expressão oral trazidas pelos discentes trazidas de suas comunidades e o grande empenho à adequação a contextos comunicativos” (MATO GROSSO DO SUL, 2012, p. 60).

Na seção destinada as propostas metodológicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental, a variação linguística está inserida tanto na parte que apresentam os conteúdos como nas que tratam das competências e habilidades objetivadas. As inserções estão distribuídas nas práticas de oralidade e análise e reflexão sobre a língua.

Um dos seus principais objetivos é subsidiar a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, tão importantes no desenvolvimento e funcionamento das funções e propostas escolares.

Nesse sentido, investigando o PPP da Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, verificou-se que ele descreve como função da escola:

[...] levar o estudante à compreensão da realidade da qual faz parte, tentando fazê-lo se situar, interpretar e contribuir para a sua formação com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo. Então a escola deve ser um lugar de apropriação do saber que prepara o alunado para o exercício da cidadania (DOURADOS/MS, 2015, s/n).

Dessa forma, o PPP sugere que a escola visará adequar-se às novas exigências de um mundo em permanente movimento e mudança, cumprindo desafios, exigências necessárias e expectativas que ultrapassam a capacidade de compreensão do homem (DOURADOS/MS, 2015).

Contudo, quando o assunto é variação linguística, nem o Referencial Curricular e muito menos o PPP conseguem dimensionar o problema em sua totalidade. Abordam superficialmente a temática o que poderá impulsionar trabalhos futuros sobre confusões conceituais, a partir de análises mais intensas desses documentos.

CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS LIVROS DIDÁTICOS

A abordagem acerca da variação linguística apresentada pelos livros didáticos é algo que gera muitas discussões no meio linguista. Portanto, este trabalho pretende apresentar considerações teóricas para refletir sobre os erros mais recorrentes no ensino desse fenômeno, no material disponível na Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo para o ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental.

Neste capítulo, explicitar-se-á as especificidades do livro didático, bem como as transformações na abordagem da língua ao longo tempo, para que se possa apontar, na análise pretendida, fatores que justifiquem tantos equívocos no ensino da língua e abordagem dos processos de mudança linguística.

2.1 O livro didático

Os primeiros livros didáticos foram elaborados, no período do governo de Getúlio Vargas, e naquela época, a única preocupação com o conteúdo era se ele poderia ser considerado politicamente ofensivo. Segundo Coelho (2007), os livros de Língua Portuguesa, deveriam apresentar um material que se afastasse da linguagem coloquial, inadmitindo o emprego de termos ou expressões regionais ou de gírias, seguindo com a mesma rigidez da época da ditadura. Ao longo do tempo, esses materiais foram adequando-se ao contexto histórico do Brasil, visando formar cidadãos crítico-reflexivos.

Atualmente, os livros de português mudaram qualitativamente. Com a implantação do PNLD, as contribuições de professores com o olhar multidisciplinar, sobretudo os linguistas, fizeram com que os conteúdos sobre língua e linguagem abrissem espaço para as questões relacionadas à variação linguística.

Contudo, a problemática se configura em âmbitos conceituais, pois a maioria dos livros didáticos não abordam com exatidão esses elementos essenciais no ensino dos fenômenos linguísticos. Sendo esse material um importante recurso que corrobora com as práticas escolares, é preciso que ele seja muito bem formulado e traga os conceitos de forma clara e inequívoca.

Por conseguinte, é imprescindível que na elaboração do livro escolar, atente-se para as transformações ocorridas nas práticas escolares e também no público alvo. Espera-se o

desenvolvimento de meios para a apropriação do conhecimento, respeitando, contudo, o contexto dos alunos, suas habilidades e competências.

2.2 Monolinguismo x Pluralidade da língua no Brasil

Antes de se idealizar um ensino de qualidade sobre as questões da variação linguística, é preciso desmitificar a ideia de Monolinguismo no Brasil. Para explicar o porquê de tal perspectiva, Bagno (2007) destaca:

Das quase 210 línguas que coexistem com o português brasileiro, cerca de 190 são línguas indígenas (um décimo do total de línguas que se falava no território brasileiro no início da colonização), usadas por um total de mais ou menos trezentos mil descendentes dos primeiros habitantes do território – sobreviventes de uma longa história de extermínio sistemático praticado durante os quatro séculos de colonização e, em boa medida, perpetuada até hoje na forma de uma situação social de extrema indigência e de exclusão absoluta (BAGNO, 2007, p. 126).

A história da língua portuguesa mostra que essa recusa em concordar com o plurilinguismo decorre da medida tomada pelo Marques de Pombal, em 1757, que proibiu o ensino de qualquer outra língua que não fosse o português padrão. Essa atitude recorre às características do espírito colonialista, que não atribuí valor algum à cultura do colonizado. Nesse caso, essa característica era fomentada pela repulsa “da elite brasileira por seu próprio modo de falar o português” (BAGNO, 2012, p. 164). Buscavam um ideal linguístico, e também, consolidação política e socioeconômica.

No livro *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, (1950) Serafim da Silva Neto tenta reconstruir o passado da Língua Portuguesa, defendendo duas teses: “a da unidade e do conservadorismo do português brasileiro” (MATTOS & SILVA, 2004, p.124). Porém, essa perspectiva não corresponde aos fatores sócio históricos que revelam um multi/bilinguismo predominante e generalizado, ocasionado pelas manifestações migratórias e, sobretudo pela vinda dos africanos no século XVI, considerados difusores do português geral brasileiro.

O aprendizado escolar dos escravos era proibido no Brasil, por isso poucos se tornavam bilíngues. Todavia, os que assim se estabeleciam, enfraqueciam seus conhecimentos da língua africana. Tendo em vista o papel da população africana na expansão do português geral brasileiro, a situação de escolarização explica a polarização sociolinguística (MATTOS & SILVA, 2004, p. 99).

Essa polarização indica que no português brasileiro convivem normas vernáculas ou o português popular brasileiro e normas cultas ou o português culto brasileiro dos que atingem nível de escolaridade mais alto, para além da norma padrão, lusitanizante,

ainda veiculada pelas gramáticas normativas, sendo impossível deixar de afirmar que a interação social no Brasil, sociedade não-segmentada em estatamentos estanques, permite o trânsito entre falantes do português popular e do português culto, num entrecruzar-se de possibilidades que justifica a afirmativa da heterogeneidade social do português brasileiro.

A pluralidade autóctone², decorrente das línguas indígenas, e alóctone³, advindas do fluxo de imigrantes na primeira metade do século XIX, em contato com a língua do colonizador, contribuíram para a proliferação das variedades linguísticas, e também para as mudanças ideológicas a respeito do reconhecimento desse fato. Nesse sentido, Altenhofen (2011, p. 38) afirma que “o contato com outras variedades linguísticas, entre as quais, sobretudo, a língua oficial, o português, e o plurilinguismo decorrente desse contato surgem como resultado natural e político a outro”.

Portanto, as relações sociais contextuais, são situações que proporcionam a ocorrência da variação linguística e que deixam cada vez mais evidente a inexistência do monolingüismo brasileiro.

Essa afirmação pode ser sustentada se pensarmos nas línguas indígenas, e as línguas de resistência das comunidades imigrantes, que coexistem à língua oficial do Brasil. Segundo Mattos e Silva (2004, p.67), essa realidade linguística “é, sem dúvida, um prejuízo não só para os indivíduos que constituem esses grupos, mas também à sociedade que a eles negando um processo aculturativo simétrico e equilibrado, nega-se a si mesma quando pretende ser igualitária e democrática”.

Posicionamentos como esses revelam um pouco da formação do país e das relações sociais entre as classes, como destaca-se no tópico a seguir.

2.3 Variedades rurais e regionais

Segundo Marcos Bagno (2007), a maioria dos livros didáticos vendidos no Brasil são escritos e produzidos na região Sudeste e Sul, predominantemente em São Paulo e Paraná, por autores de cultura vinculada aos grandes centros. O resultado, para a apresentação da variação linguística, é a valorização dos fenômenos ocorridos nessas regiões, considerando-os formas “certas”, aceitáveis.

Os fenômenos que julgam serem “errados”, diferentes das variedades das grandes cidades, normalmente estão ligados a sotaques de variações regionais e rurais. Recorrem muitas

² Variedades com origem interna

³ Variedades originárias de fora do país

vezes, a exemplos não autênticos, como as histórias do personagem Chico Bento, que quase sempre apresentam fenômenos recorrentes também na variedade culta.

O uso dessas histórias poderia servir para normalizar e afirmar a pluralidade linguística e cultural, reforçando a importância de ambas na constituição das competências comunicativas e interacionais. Ao invés disso, serve para mostrar a forma “errada” de falar, desvalorizando a cultura do Outro, desconsiderando todo processo de transformação e surgimento dessas variantes. Para tanto, Bortoni-Ricardo (2004) afirma:

Chico Bento pode se transformar, em nossas salas de aula, em um símbolo do multiculturalismo que ali deve ser cultivado. Suas historinhas são também ótimos recursos para despertarmos em nossos alunos a consciência da diversidade sociolinguística. Apesar disso, houve um momento na década de 1980 em que o Conselho Nacional de Cultura queria proibir a publicação da revista, alegando que ela servia de mau exemplo às crianças brasileiras, que passariam a falar “errado” como Chico Bento (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 46).

Esse é um fator a se observar nos livros didáticos, pois essa atitude reforça o preconceito linguístico regional e cultural, e também os conceitos de “certo” e “errado”. Sem contar a forte influência no preconceito social, visto que para algumas pessoas, o material didático é o primeiro contato com o mundo da leitura. Nesse aspecto, Bagno é ainda mais taxativo:

Faz algum tempo que venho me dedicando ao estudo do preconceito linguístico na sociedade brasileira. A principal conclusão que tirei é que, simplesmente, o preconceito linguístico não existe. O que existe de fato, é um profundo e estranhado preconceito social. [...] discriminação com base no modo de falar da pessoa é algo que passa com muita “naturalidade”, e a acusação de “falar tudo errado”, “atropelar a gramática”, ou “não saber português” pode ser proferida por gente de todos os espectros ideológicos, desde o conservador mais empedernido até o revolucionário mais radical (BAGNO, 2003, p.15).

Pensando no Ensino Fundamental, onde as crianças estão em plena formação de caráter, processo de socialização, adesão de conceitos etc, é preciso atentar para essa problemática, pois o professor pode, inconscientemente (ou não), reproduzir preconceitos, linguísticos, sociais e culturais, e promover meios para a discriminação e estereotipagem tão combatidos e, ao mesmo tempo, tão difundidos atualmente.

Na tentativa de superar os problemas com as terminologias, Bortoni-Ricardo (2004) propõe uma divisão em três linhas, que podem facilitar o entendimento da variação linguística no português brasileiro. São elas: contínuo de urbanização, contínuo de oralidade e letramento e contínuo de monitoração estilística.

No contínuo de urbanização não existe separação entre os falares rurais, rurbanos e urbanos, podendo haver sobreposição entre os falares. Já o contínuo de oralidade-letramento é regido por eventos de comunicação onde podem ocorrer eventos de oralidade com mini eventos

de letramento, ou, eventos de letramento com mini eventos de oralidade. Por fim, o contínuo de monitoração estilística, que diz respeito à adequação da fala a um contexto de interação espontânea ou previamente planejada (BORTONI-RICARDO, 2004).

Os contínuos propostos por Stella Maris Bortoni-Ricardo, além de auxiliarem no entendimento das características do português falado no Brasil, conscientizam os indivíduos de que não há erro, mas usos de diferentes variedades que, muitas vezes se entrecruzam e estão ligadas aos usos sociais dos grupos que as utilizam, evitando, assim, o preconceito impregnado nas terminologias classificatórias e extinguindo as fronteiras imaginárias entre os fenômenos.

Outro fator que interfere nas atitudes tomadas em relação ao ensino de Língua Portuguesa e, conseqüentemente da variação linguística é o conceito de gramática, abordado no tópico seguinte.

2.4 Gramáticas

Segundo Possenti (1996), o conceito de gramática é controverso e suscetível a várias interpretações. Pode-se aceitar como significado a expressão “conjunto de regras”, entendidas de três formas diferentes: as que devem ser seguidas, as que são seguidas e as que o falante da língua domina.

Essas três perspectivas acarretam noções que caracterizam três tipos de gramáticas com abordagens diferentes. Uma delas já bem conhecida no ambiente escolar é a Gramática Normativa ou Prescritiva, que apresentam regras que devem ser seguidas para objetivar o uso da norma padrão, tanto na escrita como na fala. Sabe-se que isso está arraigado à um ideal linguístico que busca a fala e escrita “correta”, contudo, dificilmente encontra-se, até nos textos mais formais, expressões como “pô-lo-ei” ou “colocá-lo-ia”.

As propostas da segunda gramática são as defendidas pelos linguistas e consistem em um conjunto de regras que verdadeiramente são seguidas e utilizadas pelos falantes. Um exemplo de fenômeno propalado pela Gramática Descritiva, é a troca da segunda pessoa do plural, *vós*, por *você*, o que acarreta a “aposentadoria” da forma verbal correlata. Exemplo: *vós sois* (forma “aposentada”) – *vocês são* (forma atual).

A terceira gramática diz respeito ao conhecimento do falante. A Gramática Internalizada refere-se ao domínio lexical e sintático semântico dos indivíduos, que se trata, respectivamente, da capacidade de empregar as palavras da língua e a distribuição dessas palavras nas frases, bem como o efeito que essa distribuição abarca para o sentido. Pode-se exemplificar essa característica da seguinte forma:

Eu parti

Eu comi

Eu *fazi* – (sinal de gramática internalizada)

Ou seja, o falante demonstra certos conhecimentos linguísticos de conjugação verbal, que acaba reportando a todas as outras palavras que ele profere mesmo que elas não sigam as mesmas configurações.

A Gramática Internalizada é compreendida como objeto de estudo da Descritiva. Assim sendo, melhor seria se houvesse o reconhecimento da importância da língua materna no ensino/aprendizagem. Nesse sentido, Bagno (2009, p. 54), discorre sobre o que poderia ajudar nesse processo de mudança ideológica:

É preciso que haja um grande movimento político social e cultural no Brasil para que, antes de tudo, se reconheça o português brasileiro contemporâneo como nossa verdadeira língua majoritária – e não mais simplesmente “o português”, sempre identificado como algo que não nos pertence, que está longe de nós, num passado glorioso, numa mítica época dourada – e que, a partir disso, se reconheça os usos mais difundidos desse português brasileiro como os que devem configurar o nosso ideal de língua.

A desvalorização da língua materna e da Gramática internalizada configuram um dos fatores que contribuem para o insucesso do ensino de variação linguística nas escolas públicas. Pensando na elaboração dos livros didáticos de Língua Portuguesa e a efetiva colaboração dos linguistas nesse procedimento, percebe-se a dimensão dessa inserção. Bagno (2002) afirma que:

O papel do linguista é descrever a língua em suas múltiplas manifestações e oferecer hipóteses e teorias consistentes para explicar os fenômenos linguísticos, de modo que os educadores possam se servir dessas descrições e explicações para empreender uma prática pedagógica que leve em conta a pluralidade de realizações empíricas da língua (BAGNO, 2002, p.32).

Portanto, as propostas contidas no material didático devem otimizar o aprimoramento das capacidades de uso da língua, tornando o indivíduo competentemente hábil para interagir com o mundo através da fala e da escrita. Com essa habilidade, o aluno compreenderá que para cada situação, existe uma forma adequada de se expressar, e quanto maior for a apropriação das possibilidades, melhor compreendido será nos processos comunicativos.

A questão conceitual é problemática, porém a exemplificação da variação linguística nos livros didáticos também não é satisfatória. Nos tópicos seguintes, observa-se como são tratados os fenômenos gramaticais e alguns exemplos do que é considerado “certo” e “errado” no ensino de Língua Portuguesa.

2.4.1 Fenômenos gramaticais

A questão da abordagem apresentada pelos livros didáticos acerca da variação linguística, não consiste apenas nos problemas conceituais. Em âmbitos gerais, ela apenas apresenta um conteúdo superficial, descontextualizado, como já foi dito anteriormente, tratando o assunto com desvalorização e estereotipagem.

O fato é que seria primordial considerar também as diferentes maneiras que os grupos sociais articulam os usos dos recursos gramaticais da língua, fenômenos que para Marcos Bagno deveriam se tornar “o foco principal da educação em língua materna” (Bagno, 2007, p.132).

A denominada variação morfossintática são as diferenças que ocorrem entre norma padrão, a gramática das variedades prestigiadas e a gramática das variedades estigmatizadas. Esse tipo de variação está inteiramente ligado à capacidade cognitiva do ser humano, que utilizará de todos os recursos da língua no processo de interação comunicativa. A seguir, expõem-se alguns exemplos desses fenômenos.

2.4.2 Exemplos de “certo” e “errado” no ensino de Língua Portuguesa

De acordo com Bagno (2011), a língua é como um guarda-roupa e cabe aos falantes adequar a “roupa” certa para as diferentes situações. Portanto, é preciso aceitar que não existe o “certo” e o “errado”, mas sim, o adequado e inadequado. Apesar disso, a gramática normativa concebe alguns fenômenos como formas erradas de expressão. Observa-se nos exemplos a seguir, algumas incidências desses julgamentos.

O uso de *a gente* como pronome é desconsiderado nas gramáticas normativas. Ele é taxado como palavra recorrente do uso informal da língua. Observa-se esse fato no exemplo a seguir:

- (1) A gente comeu muito na festa
- (2) A gente fomos gulosos

O exemplo 1, mostra o verbo concordando com o sentido singular morfológico da palavra. Essa construção é rotulada como “certa” pela variedade culta, porém não aceita pela norma padrão, que insiste no uso do *nós*, ignorando as concepções do português brasileiro. Já o exemplo 2, configura-se “errado”, mesmo analisando que o falante, neste caso, concorda o verbo com o valor sintático da palavra *gente* – nós – e faz a adequação que julga necessária.

Aliás, a palavra *gente* está relacionada ao paradigma da conjugação verbal, que preconiza a continuidade da formação pronominal. Segundo Bagno (2011), pode-se esquematizar esse processo da seguinte forma:

Norma Padrão /Variedade Estigmatizadas /Variedades Prestigiadas

Eu canto	Eu canto	Eu canto
Tu cantas	Você [tu] canta	Você canta
Ele canta	Ele canta	Ele canta
Nós cantamos	A gente [nós] canta	A gente canta
Vós cantais	Eles canta	Nós cantamos
Eles cantam		Vocês cantam
		Eles cantam

Percebe-se que os pronomes *tu* e *vós* não fazem parte do contexto linguístico atual do português brasileiro. A língua apresenta outros pronomes variantes (*você* e *a gente*) que substituem esses itens classificados como arcaicos por alguns linguistas.

Sobre a questão dos pronomes oblíquos de terceira pessoa, Bagno (2009), explica que:

[...] os pronomes oblíquos de terceira pessoa – *o*, *a*, *os*, *as* – estão praticamente extintos. Só conhecem esses pronomes (mas nem por isso usam) as pessoas que frequentaram a escola e que, ali, entraram em contato (direta ou indiretamente) com os quadros pronominais da língua literária clássica e, por causa desse contato, sofrem pressão da norma padrão conservadora (BAGNO, 2009, p.149).

O fato é que na fala menos monitorada do português brasileiro, tem-se o hábito de usar o pronome *ele*, como elemento coesivo, ou simplesmente, não se menciona o objeto. Exemplos:

(1) Eu deixei *ele* vir aqui/ Vi *ela* no parque

(2) Eu deixei \emptyset vir aqui/ Vi \emptyset no parque

Dentro de um contexto em que já se tenha feito referência ao objeto, aceita-se o exemplo 2 como o jeito “certo” de se falar, porém, estudos do filólogo Silveira Bueno (1955), encontraram incidências do uso de *ele* como objeto direto, em textos literários arcaicos, comprovando que há explicação e fundamento para a ocorrência desse fenômeno no português moderno (BAGNO, 2009).

As questões acerca da classificação entre “certo” e “errado” vão além da teoria. Os alunos precisam relacionar a língua que a eles é apresentada na escola pelos livros didáticos –

impondo-lhes regras e nomenclaturas – com a língua que eles já dominam e entender que há a presença de variedades linguísticas tanto na fala como quanto na escrita. Possenti (1996), reitera que mesmo que a linguagem do aluno esteja distante da norma padrão, ela é rica e relevante, apesar do costume de qualificá-la como pobre e rudimentar (POSSENTI, 1996).

Pode-se apreender que nenhuma forma de uso, tanto oral quanto escrita, é realmente inaceitável. O que há na verdade, são contextos distintos de aceitação de tais fenômenos. Precisa-se também considerar, que o que é adequado e aceitável para um (s), pode ser inadequado e inaceitável para outro (s), assim sendo, deve-se buscar o equilíbrio entre os dois parâmetros.

2.5 Mudança linguística

Para entender o processo de mudança linguística é preciso aceitar que toda língua muda com o tempo. Essas mudanças ocorrem naturalmente pelas ações dos falantes da língua, que adaptam alguma regra da norma padrão para fazer-se entender dentro de um contexto sociocomunicativo. Bagno (2007), afirma que:

A variação e a mudança linguísticas, é que são o “estado natural” das línguas, o seu jeito próprio de ser. Se a língua é falada por seres humanos que vivem em sociedades, se esses seres humanos e essas sociedades são sempre, em qualquer lugar e em qualquer época, heterogêneos, diversificados, instáveis, sujeitos a conflitos e a transformações, o estranho, o paradoxal, o impensável, seria justamente que as línguas permanecessem estáveis e homogêneas! (BAGNO, 2007, p.37).

Entretanto, observa-se que um dos processos que promovem tal fenômeno são as variações entre classes sociais. Há um preconceito social impregnado na ideia de que os falantes de variedades estigmatizadas são “incultos” e que os falantes da dita variedade “cultura” são os que mais se aproximam da norma padrão (BAGNO, 2003). Uma explicação para esse fator é o monitoramento dos falantes da variedade culta em contramão ao uso espontâneo dos falantes da norma popular.

Apesar dessa ideologia de língua “certa”, as inovações linguísticas provêm da fala dos indivíduos das classes mais baixas da sociedade e ascendem socialmente quando são incorporadas por falantes das camadas mais altas. Então, tornam-se formas prestigiadas substituindo as formas antigas.

É muito comum que a forma inovadora, quando ainda está restrita aos falantes de menor prestígio social, sofra uma avaliação negativa por parte dos grupos socioeconômicos dominantes. Quando essa avaliação deixa de ser negativa, é porque parou de ser condenada como “erro” e se tornou plenamente aceita (BAGNO, 2011, p. 132).

Pode-se acompanhar essas transformações, através da filologia comparada que surgiu no início do século XIX e visava identificar o parentesco entre as línguas. A intenção era investigar como e por que as línguas mudam. Os primeiros indícios foram encontrados nos níveis morfológico e fonológico e, por conseguinte, os cientistas abandonaram a defesa do purismo das línguas (BAGNO, 2011).

A situação no Brasil ainda é tratada com certo julgamento. Talvez seja decorrente dos processos de colonização que tanto marcaram a história do povo e da língua brasileira.

A notável repulsa da elite brasileira por seu próprio modo de falar o português encarna, sem dúvida a continuação no tempo desse espírito colonialista, que se recusa atribuir qualquer valor ao que é próprio da terra, sempre visto como primitivo e incivilizado, além de refletir nosso fascínio por tudo o que vem de fora, considerado intrinsecamente bom e digno de imitação (BAGNO, 2003, p. 78).

Os livros didáticos, como difusores ideológicos, não escapam do fardo de reproduzir tal pensamento. É difícil encontrar materiais que apresentem meios para uma análise comparada da Língua Portuguesa (norma padrão) e o português brasileiro atual. Alguns mantêm o foco apenas na mudança vocabular, e apresentam a variação linguística apenas para mostrarem que a norma padrão que é a “certa”, a “melhor”, que dará *status* social a quem apreender tais regras.

Mesmo que seja função da escola o ensino da gramática, regras e normas da língua nacional, relacionar a variação linguística às transformações ocorridas ao longo dos anos, pode ajudar e até mesmo explicar certas construções tão alheias aos contextos de fala.

2.6 Fatores da mudança linguística

Segundo Bagno (2011), os fatores que corroboram para a mudança linguística são: a economia linguística, a gramaticalização e a analogia. Todos eles são inerentes aos processos de interação dentro de uma comunidade subsidiado pelo domínio cognitivo da língua do indivíduo (BAGNO, 2011).

A economia linguística consiste em estratégias que o indivíduo adota para eliminar redundâncias, “ir direto ao ponto”, sintetizar formas, afim de melhorar a comunicação. Essas mudanças ocorrem em todos os níveis, morfossintático e fonológico. Exemplos desse processo no português brasileiro são o apagamento do (s) como marca de morfema plural – os pote [s]-, e a transformação do ditongo (au) em (o) – ele falo [u].

Martellota (2011, p. 92), define gramaticalização “como o processo de mudança linguística unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados,

continuam a desenvolver novas funções gramaticais”. O exemplo clássico advindo desse processo é a palavra *você*, que sofreu redução fonética, transformando-se ao longo do tempo como pode-se observar:

Vossa mercê > vossamecê > vossemecê > vosmecê > você > ...caminhando para cê.

E o último processo refere-se à analogia que é “um processo cognitivo por meio do qual os falantes da língua tendem a regularizar formas irregulares e menos gerais com base em outras formas mais regulares e de emprego mais frequente”, fazendo comparações na formação sintagmática (BAGNO, 2011, p. 188). Aqui pode-se citar um caso de regência verbal:

Assisti ao jogo – Regência conservadora

Assisti o jogo – Regência inovadora

Observa-se que ao comparar o verbo *assistir* à identidade semântica que o liga ao verbo transitivo direto *ver* (que é ligado ao verbo sem uso da preposição), destitui a preposição que o verbo em si demanda.

Todos esses processos confirmam a concepção de mudança contínua e inevitável, resultado da interação social e cultural do ser humano e suas habilidades cognitivas de adequação da língua. Portanto, é preciso atribuir o devido valor aos falantes da língua, pois eles são os produtores e transformadores que tornam essa e muitas outras pesquisas possíveis.

Para que essa concepção seja adquirida pelos indivíduos, é preciso que, ao terem o primeiro contato com a gramática normativa, que se dá geralmente no ambiente escolar, o material utilizado esteja embasado em teorias que possibilitem um ensino/aprendizagem que não ignore os processos de transformações da língua e a língua materna do falante.

Na análise do capítulo seguinte, otimiza-se avaliar quantitativa e qualitativamente como os conceitos sobre variação linguística apresentam-se na coleção do Projeto Teláris, se a temática é explicitamente apresentada, e se o é, como se configuram os recursos utilizados nessa abordagem. Se o preconceito linguístico ainda é presente, e em que implica tal enfoque nos recortes feitos.

Procura-se identificar se há conceitos de norma padrão, variedade culta e norma popular e se as distinções entre elas são explicadas claramente. Se há a exposição dos fatores da mudança linguística na língua portuguesa e se há comparações ou menção do português

brasileiro. Configura-se importante a observação da progressão dos conteúdos nessa perspectiva, do 6º ao 9º ano, e se realmente prepara os alunos para a fase seguinte do ensino.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nessa parte do trabalho, serão expostos os resultados da pesquisa realizada nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, utilizados pela Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo nos anos de 2014 e 2015. O foco é investigar como a questão da variação linguística é apresentada pelo material, bem como fazer uma breve análise das abordagens.

A análise é feita pela investigação das abordagens mais explícitas da temática. Dessa forma, cita-se e analisa-se recortes de textos, atividades, entre outros, que tratam diretamente do assunto, procurando evidenciar os equívocos e esclarecer questões que não estejam tão condizentes com a Teoria da variação.

3.1 Os livros didáticos do Projeto Teláris

A coleção dos livros didáticos de Língua Portuguesa do Projeto Teláris foi compilada pelos professores Ana Maria Trinconi Borgatto, Terezinha Costa Hashimoto Bertin e Vera Lúcia de Carvalho Marcheszi, Mestres em Letras pela USP (Universidade de São Paulo). Teve sua primeira edição lançada em 2012, pela editora Ática, composta de quatro volumes correspondentes às quatro séries finais do Ensino Fundamental.



Figura 1. Coletânea, do 6º ao 9º ano

Segundo avaliação do PNL D, a coleção do Projeto Teláris é norteadada pelos gêneros textuais e combina duas formas de agrupá-los: em função das capacidades de linguagem – narrar, relatar, expor, argumentar e instruir – e em função da circulação social: literários, de imprensa, publicitários, de divulgação científica, etc (BRASIL, 2013, p. 100). Ou seja, prima pela diversidade de gêneros.

Dessa forma, iniciando a análise mais geral do material, nota-se que os capítulos dos livros estão divididos, de forma igual em todos os volumes, por subcapítulos que, segundo informações do próprio material (BORGAT, BERTIN, MARCHEZI, 2012, p. 4-5), têm as seguintes atribuições:

- Introdução – trata de questões da língua em perspectivas, que são apresentadas nos quatro livros, do 6º ao 9º, respectivamente, como: cultural, histórica, de transformação e atual.
- Leitura – apresentam um ou mais textos do gênero a ser explorado;
- Interpretação do texto – divide-se em três momentos: Compreensão, Construção do texto e Linguagem do texto. Espera-se possibilitar ao aluno mais eficiência nas suas habilidades de leitura;
- Prática de oralidade – otimiza o conhecimento e produção de diversos gêneros orais, de acordo com o gênero ou tema em estudo;
- Outras linguagens – traz ilustrações como pinturas, esculturas, pintura digital, etc; as diferentes linguagens
- Conexões – apresenta textos em diferentes linguagens verbais e não-verbais, para que se faça ligações do texto trabalho com outros contextos de produção;
- Língua: usos e reflexão – analisa-se as estruturas linguísticas do gênero em foco;
- Produção de texto – É a parte que se pretende finalizar o trabalho aplicando o conteúdo estudado na produção de textos escritos e orais.

Percebe-se que a leitura é a proposta central dos livros, pois cada capítulo tem como base do estudo, um ou mais textos de leitura no gênero a ser explorado. Tem o auxílio de gêneros como quadrinhos, tirinhas, reportagens, letras de músicas que servem como elementos de contextualização para aguçar o interesse e curiosidade do aluno pelo assunto abordado. Porém, para que haja melhor absorção do conhecimento é recomendável que alguns conceitos básicos sejam explanados com a máxima clareza. Antecipar esses conceitos podem ajudar na reflexão da temática sugerida e melhorar a qualidade da produção, visto que tendo todo esse

aparato, aumentar-se-á os conhecimentos linguísticos proporcionando um leque de possibilidades interpretativas.

Todos os exemplares trazem em sua apresentação⁴ o objetivo do livro que é o de compreender as diferentes linguagens e as mudanças linguísticas ocasionadas pelo tempo e, dessa forma, auxiliar no processo de comunicação (BORGAT, BERTIN, MARCHEZI, 2012). Esses fatores visam a reflexão do uso e formas de organizar a Língua Portuguesa, instrumento fundamental de interação e comunicação.

A referida proposta parece indicar uma abordagem funcionalista, a qual Mário Eduardo Martelotta, define da seguinte forma:

[...] a abordagem funcionalista apresenta não apenas propostas teóricas distintas acerca da natureza geral da linguagem, mas diferentes concepções no que diz respeito aos objetivos da análise linguística, aos métodos nela utilizados e ao tipo dos dados utilizados como evidência empírica. (MARTELOTTA, 2013)

Nesse sentido, os quatro volumes apresentam uma certa preocupação, por parte das autoras, em não deixar o conteúdo atrelado somente a regras gramaticais. Verifica-se a intenção de uma abordagem qualitativa na área da linguagem. No entanto, observa-se que os textos mais abrangentes dessa questão estão compilados na seção *Unidade suplementar* e não são de caráter obrigatório.

Essa característica, pode ser constatada nos exercícios da seção *Língua: usos e reflexão*, que ao tratarem de linguagem formal e informal, apenas apresentam textos para que os alunos façam as diferenciações e adequem as falas a uma situação comunicativa. Os textos a seguir são exemplos do livro do sexto ano:

Texto A	Texto B
(Representante da classe falando aos colegas)	(Direção da escola dirigindo-se por escrito aos alunos)
<p>Ixe, galera, acho que a gente exagerou um pouco ontem e parece que a barra vai pesar.</p> <p>A diretora disse que cês tavam perturbando e vai conversar com a gente. A reunião é amanhã, às oito. Se preparem!</p>	<p>Alunos do 6º B.</p> <p>Recebemos reclamações de outras salas ontem. Vocês estavam perturbando as salas vizinhas pelo excesso de barulho. Haverá uma reunião amanhã, às 8h, na sala, para tratarmos desse assunto.</p> <p>Direção.</p>

Figura 2. Textos para exercícios de comparação de linguagem formal e informal, p. 30, 6º ano

⁴ O texto da apresentação dos livros é escrito pelas autoras e, de forma direta, expõe as propostas contidas no material didático e “convida” o aluno a participar das atividades.

Já na *Unidade suplementar*, observa-se que além da situação comunicativa, os exercícios abordam a competência comunicativa, agregando valor não somente às formas de linguagem formal, mas aos objetivos de comunicação; se há êxito em ambas as formas.

Figura 3. Debate proposto sobre competência comunicativa p. 242. 6º ano

Depois do debate sobre gramática natural, gramática normativa e competência comunicativa, os alunos voltam a analisar textos de linguagem formal e informal, mas dessa vez analisando se os dois atingiram seus objetivos de comunicação, reforçando que todo esse processo envolve a capacidade de adequação linguística às mais variadas situações comunicativas, orais ou escritas, e que nesse âmbito, não existe o “certo” e o “errado”.

O primeiro livro da coletânea é destinado ao 6º ano, etapa em que o aluno possui em média de 10 a 13 anos e está em pleno processo de amadurecimento cognitivo, fazendo relações e reflexões sobre tudo que vê, ouve, aprende. Na página 10, encontra-se a *Introdução* do livro, denominada *Língua e diversidade cultural*, composta por textos expositivos e debates propostos sobre a diversidade da língua, língua e linguagem e linguagem verbal e não verbal.

Tem-se a ideia de que a diversidade será tratada em âmbitos gerais, pois faz referências às influências recebidas pela Língua Portuguesa desde que chegou ao Brasil com os portugueses, as mudanças ocorridas e a variação que ocorre de acordo com o lugar e situação em que a língua é utilizada (BORGAT, BERTIN, MARCHEZI, 2012). Porém, já nessas páginas, identifica-se uma subversão dos conceitos apresentados anteriormente.

Um território com essa dimensão apresenta diferenças de toda ordem: na fauna, na flora, na paisagem, no clima e, principalmente, nos aspectos culturais – os costumes, as tradições e, como consequência, os usos que cada região faz da língua. Assim, uma característica marcante do nosso país é a **diversidade**, a variedade.

Figura 4. Introdução p. 10. 6º ano

Há nessa primeira perspectiva a ideia de que os fenômenos variacionistas somente acontecem em âmbitos regionais. Ao tentarem demarcar essas diversidades, acabam por fazê-la usando variedades inerentes à algumas regiões. No caso, são usados, posteriormente no capítulo 1, no tópico Leitura, o texto *O bisavô e a dentadura* de Sylvia Orthof, e, tópico Língua, usos e reflexão, a música Cuitelinho de Renato Teixeira. Os dois textos apresentam expressões que remetem à linguagem menos monitorada, e também a partícula *uai*, característica do estado de Minas Gerais. Observa-se, primeiramente, o fenômeno nessa frase extraída do texto de Orthof:

_ Ó gente, num brinca assim que eu fico cum nojo, uai!

Não seria mesmo possível representar todas as particularidades da fala dos mineiros na escrita, porém o *uai* é mais recorrente e, por isso, característico dessa região. Isso não quer dizer que somente com formas exclusivas é que se identifica a ocorrência de variedades linguísticas e muito menos que representem variedades desprestigiadas. Esse equívoco é explicado por Bortoni-Ricardo no seguinte trecho:

Em toda comunidade de fala onde convivem falantes de diversas variedades regionais, como é o caso das grandes metrópoles brasileiras, os falantes que são detentores de maior poder – e por isso gozam de mais prestígio – transferem esse prestígio para a variedade linguística que falam. Assim, as variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada têm de intrinsecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos e econômicos. O dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir a ser considerado um dialeto “ruim”, enquanto o dialeto falado em uma região rica e poderosa passa a ser visto como um “bom” dialeto (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 33)

O trabalho com a música é direcionado à reescrita, dando prioridade à norma-padrão. Nelas encontramos fenômenos como a economia linguística na eliminação da redundância no caso de concordância nominal na expressão “*As garça*”. Esse fato acontece também em situações comunicativas menos monitoradas e não pode ser considerado apenas como marcação regional.

Segundo Bagno (2011,), o contato linguístico do português com as línguas africanas pode ser o causador de tal feito, pois a indicação de número, nessas línguas, é feita por prefixos de número e elimina as marcas de plural dos nomes.

Se o livro didático não apresentar aos alunos tais particularidades, o ensino/aprendizagem pode ficar defasado e preso apenas à perspectiva de que a variação linguística ocorre apenas na área rural ou em estados e regiões afastados das grandes metrópoles. Os alunos podem vir a subentender que as variedades linguísticas estão ligadas apenas a esses fatores e não conseguirem identificar ou atentarem para os acontecimentos no próprio contexto.

Para acentuar a afirmação de que o livro aborda apenas esse aspecto, apresenta-se ainda um quadro que compara o linguajar de cada região brasileira:

Linguajar do Centro-Oeste	Linguajar gaúcho	Linguajar do Nordeste	Linguajar mineiro	Linguajar do Norte
Auífa: muito, bastante Enxarquerar: chatear Encordar: fazer fila	Abichornado: com medo Balaquear: mentir Buenacho: excelente	Aperreado: perturbado Amunhecado: quieto Abilolado: sem juízo	Bololó: confusão Quiabar: desfazer negócio Bistontado: sem juízo	Espoletado: com raiva Potoca: mentira Abestado: sem juízo

Figura 5. Quadro comparativo de alguns linguajares regionais brasileiros p. 12. 6º ano

É preciso salientar que a variação não está apenas no campo lexical, mas que, além de serem naturais de qualquer indivíduo falante, pode ser percebida em todos os níveis da língua, sendo combinadas cognitivamente para facilitar o processo de interação em qualquer comunidade linguística, o que não parece ser apontado no livro, cabendo aos professores a consciência dessa abordagem.

Conforme abordagem apresentada na parte teórica deste trabalho, entende-se que não existe predominância regional quando o assunto é Sociolinguística, nem o “certo” e o “errado” e muito menos estratificação qualitativa. Há, sim, o preconceito linguístico, das formas ditas “caipiras” que são descreditadas na fala e na escrita, quando fora da sua área de maior incidência.

Ainda na *Introdução*, encontram-se os conceitos de língua e linguagem:

A língua portuguesa, ao chegar ao Brasil com os portugueses, assim como todas as outras línguas, recebeu inúmeras influências, passou por mudanças ao longo do tempo e varia conforme o lugar ou a situação em que é utilizada.

Para estudarmos nossa língua, é necessário que tenhamos claro que a língua é uma **linguagem**, isto é, uma **forma de comunicação**. Vamos conversar um pouco sobre isso.

Figura 6. Conceito de língua e linguagem, p. 13. 6ºano

Apesar da palavra *comunicação* estar presente na explicação do termo, não há a preocupação em afirmar o caráter social da língua. Nesse sentido, Ernani Terra afirma:

A língua [...] é a linguagem que utiliza a palavra como sinal de comunicação. Portanto a língua é um aspecto da linguagem. Trata-se de um sistema de natureza gramatical, pertencente a um grupo de indivíduos, formado por um conjunto de sinais (as palavras) e por um conjunto de regras para a combinação destes. É, portanto, uma instituição social de caráter abstrato, exterior aos indivíduos que a utilizam, que somente se concretiza através da *fala*, que é um ato individual de vontade e inteligência. (TERRA, 1997, P.13)

É preciso que os alunos entendam e valorizem a fala como produtora da língua e meio de linguagem. Na sequência, as autoras explicam que existem diferentes formas de linguagem, para que os alunos não confundam língua e escrita (representação gráfica), compreendendo-os como dois sistemas distintos e independentes, pois nem toda língua é transcrita e quando é, nem sempre é feito perfeitamente fiel às especificidades da fala.

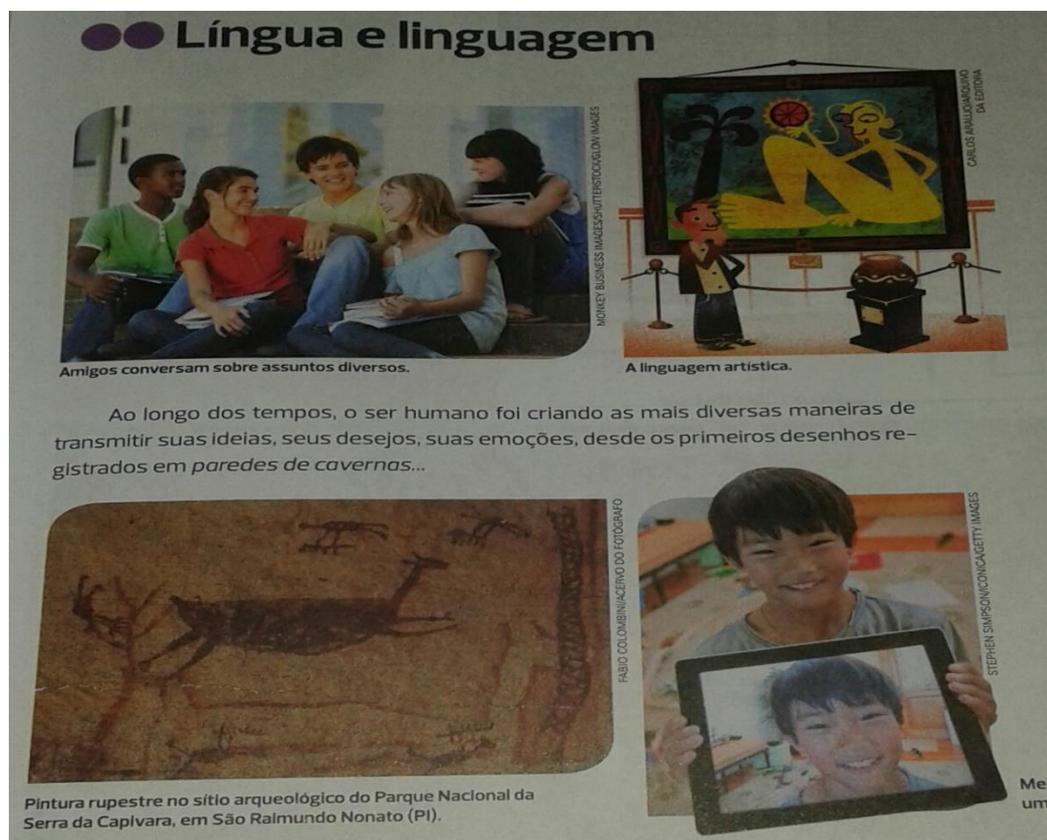


Figura 7. Formas de linguagem, p. 13. 6ºano

No tópico *Língua: usos e reflexão* do Capítulo I, encontra-se outra informação sobre linguagem, onde discute-se as situações comunicativas, em especial as situações formais:

A linguagem formal é uma das variedades da nossa língua. Ela foi eleita como a língua oficial ou variedade-padrão por razões históricas e sociais. Deve ser aprendida para redação de documentos oficiais, leitura de textos que trazem os conhecimentos acumulados pela Ciência e para ser empregada em situações mais solenes (uma conversa profissional, uma palestra...).

Figura 8. Conceito de linguagem formal p. 31. 6º ano

Nesse trecho, observa-se o termo variedade-padrão sendo utilizada para designar norma padrão. Segundo Bagno, (2007, p.47), *variedade* é “um dos muitos “modos de falar” uma língua”. Todavia, se a norma padrão é algo irreal na fala, logo ela não pode ser uma variante. Ela é o que é: um conjunto de regras que expressam uma língua idealizada. Como esse padrão está cada vez mais longe do português brasileiro, ele torna-se relativo às situações cotidianas, e é então classificado variedade culta. Apesar disso, é função da escola apresentar essas normas, e entende-se que essas nomenclaturas e conceitos devem ser melhor esclarecidos (mesmo que as abordagens nos livros didáticos mudem conforme o autor e a teoria que ele adota) para que os alunos consigam identifica-los em estudos posteriores e para melhor compreensão do ensino da língua.

A atividade a seguir, ainda no Capítulo I, na seção de *Língua: usos e reflexão*, apresenta a seguinte proposta:

Frases

Você estudou algumas características da linguagem coloquial, mais informal, e pôde observar também um pouco do jeito mais formal de falar ou de escrever.

Tanto no uso formal como no informal, a organização da língua se dá por meio de frases. Em seguida, veremos o que são e como podem aparecer as frases.

Observe:

Grupo 1	Grupo 2
a) O bisavô usava dentadura.	a) Menino o seu vai lavar carro
b) — Cuidado!	b) retrato
c) “— Bisavô, era brincadeira!”	c) conheceu

No grupo 1, temos enunciados que chamamos de frases, pois comunicam uma ideia com sentido. No grupo 2, não podemos dizer que temos frases, pois não há sentido e, portanto, não há comunicação.

Figura 9. Frases trabalhadas fora de contexto, p. 35. 6º ano

Nesse exercício, é proposto aos alunos que trabalhem em grupos para identificarem como se organiza a fala no processo de comunicação. Com tudo, percebe-se que nesse estudo ignora-se o contexto. No grupo2, as palavras *retrato* e *conheceu*, aparecem fora de uma situação comunicativa. Sabe-se que as palavras ganham sentido dentro de um contexto, e se a proposta visava a comunicação oral, poderia ter feito apropriações nas afirmações como “*não há sentido*” e “*não há comunicação*”. O mesmo processo observa-se quando se classifica a linguagem como formal e informal, pois também está relacionada à uma situação.

Continuando a análise, no Capítulo V do livro, na seção *Língua: usos e reflexão*, o tema abordado é a conjugação verbal e, portanto, encontra-se a formação pronominal tradicional:

Pronomes pessoais		
	Retos	Oblíquos
1ª pessoa do singular	eu	me, mim, comigo
2ª pessoa do singular	tu	te, ti, contigo
3ª pessoa do singular	ele, ela	se, si, consigo, lhe, o, a
1ª pessoa do plural	nós	nos, conosco
2ª pessoa do plural	vós	vos, convosco
3ª pessoa do plural	eles, elas	se, si, consigo, lhes, os, as
Não se esqueça de que há regiões no Brasil onde o <i>você</i> e o <i>vocês</i> substituem o <i>tu</i> e o <i>vós</i> .		

Figura 10. Formação pronominal tradicional, p.149. 6º ano

Há no final do quadro uma observação de que se lembrem das trocas do *tu* e *vós* por *você* e *vocês*. Mas, ainda assim, prioriza-se a forma tradicional, visto que, esse e todos os livros da coletânea, trazem a conjugação dos verbos regulares e irregulares na parte final, como conteúdo a ser consultado para resolução das atividades propostas.

Na sequência, um dos exercícios apresenta-se da seguinte forma:

“[...] eles não se importam nem um pouquinho com a gente.”

Refere-se à primeira pessoa do plural (a pessoa que fala), *nós*.

a) Na linguagem do dia a dia a expressão *a gente* refere-se a que pessoa do discurso?

b) Reescreva essa frase em linguagem mais formal substituindo a expressão *a gente* pelo pronome adequado. [...] eles não se importam nem um pouquinho conosco.

Figura 11. Exercício de pronomes pessoais, p.153. 6º ano

Observa-se que o afastamento da palavra *gente* dos textos formais, sugerindo que ela seja uma forma inadequada, porém já se encontra em textos e até nos telejornais a ocorrência cada vez maior desse termo. Tudo depende da situação comunicativa, e parece ser mais recorrente na fala. Apesar disso, nos livros de Marcos Bagno, encontra-se com frequência o *gente*, demonstrando que também pode ser empregado nesse âmbito.

Logo após o exercício, faz-se a seguinte afirmação, reforçando a “coloquialidade” da palavra *gente*:

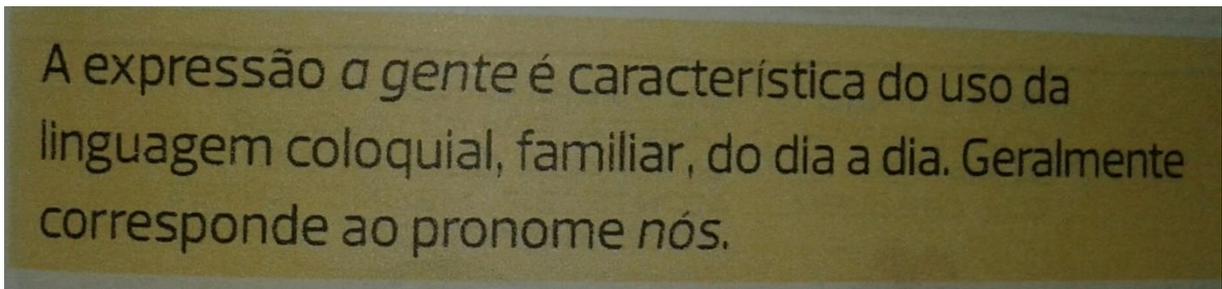


Figura 12. A expressão “a gente” só é considerada na linguagem coloquial p. 153 6º ano

Na página 245, na *Unidade Suplementar*, as autoras utilizam uma propaganda de 1980 para demonstrar as mudanças na grafia de algumas palavras.



Figura 13. Mudança morfológica. P. 245. 6º ano

Pode-se analisar um dos fenômenos decorrentes do processo de mudança linguística na palavra *rheumatismo*. Bagno (2011, p. 159), explica que:

[...] a letra h era usada pelos romanos para apresentar uma aspiração por isso muitas línguas se serviram dela para o mesmo fim, como o inglês [home, house, hand] e o alemão [Heim, Haus, Hand]. Quando tinham de escrever palavras gregas em que apareciam as letras θ , ρ , ϕ e χ , os romanos usavam uma combinação de duas letras: th, rh, ph e ch. Essa representação latina deixa evidente que, no grego antigo, aquelas letras representavam uma consoante seguida de uma aspiração, e os romanos ao pronunciar esses empréstimos grego, também emitiam essa aspiração (BAGNO, 2011, p. 159)

Ocorre que as palavras gregas eram representadas em alfabeto latino com a mesma aspiração. A grafia de palavras como *farmácia* (do português contemporâneo) era feito como *pharmacia*. Ao longo dos anos e pela economia linguista devido ao esforço articulatório resultou na fusão da aspiração em uma só consoante (BAGNO, 2011)

O livro destinado à sétima série, faz uma breve contextualização histórica da formação da Língua Portuguesa, localizada na *Introdução* denominada *Língua: origem e influências*:

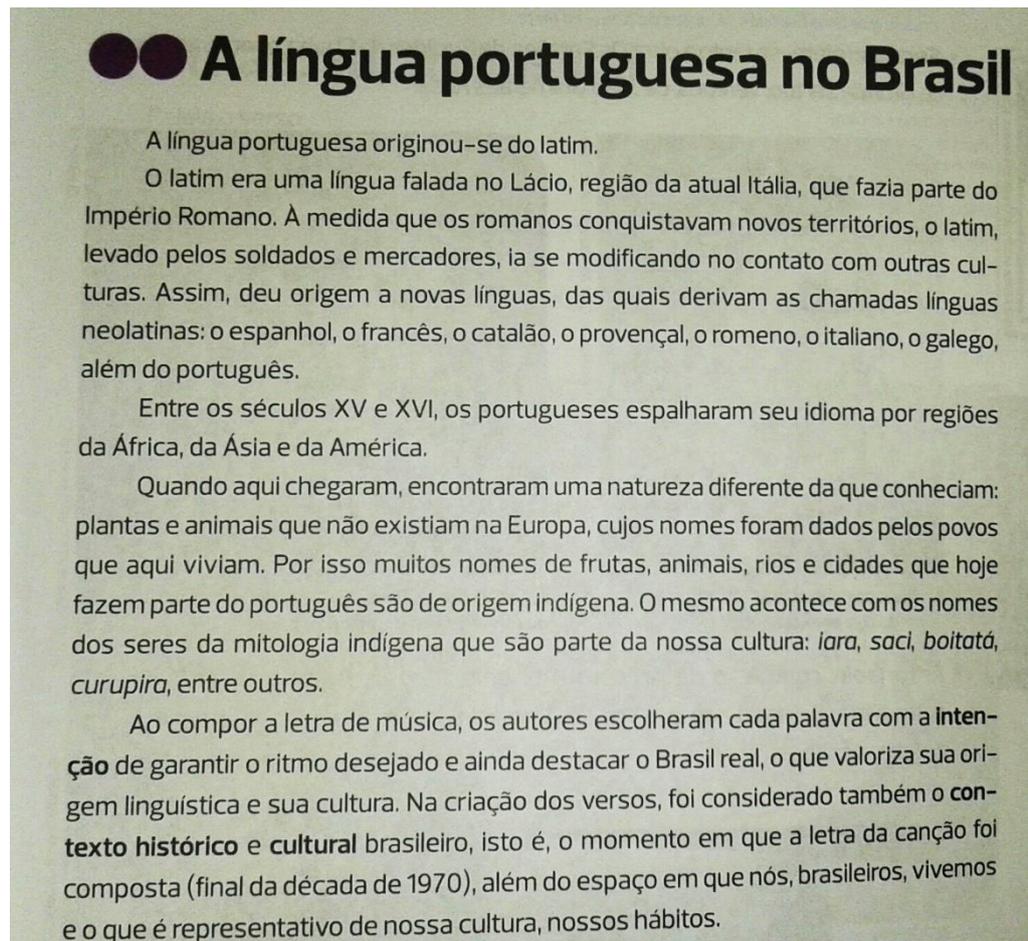


Figura 14. Texto da Introdução sobre a história da Língua Portuguesa no Brasil, p.13. 7º ano

No entanto, aborda apenas a questão da origem latina e as línguas indígenas aparecem apenas como “contribuintes vocabular”. Ignora-se o fato de já existir aqui, naquela época, um sistema linguístico completo e que foi quase exterminado pelo movimento colonialista.

O Capítulo I, trata dos gêneros literários e não literários e os recursos da linguagem poética. Na seção *Interpretação do texto*, observa-se o seguinte trecho:

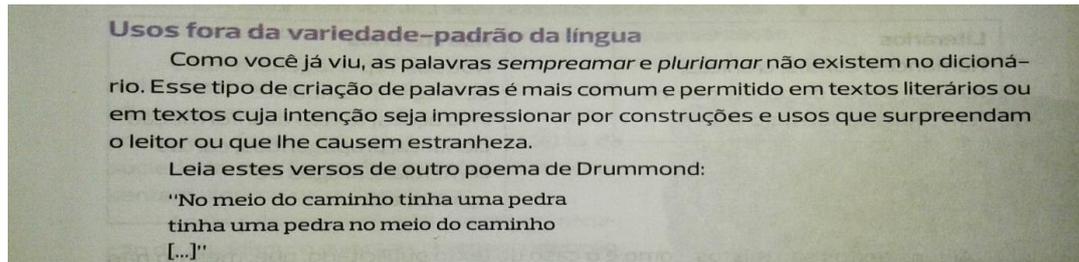


Figura 15. O que pode e o que não pode na norma padrão. p. 31. 7º ano

As autoras evidenciam nesse trecho, dois neologismos: *sempreamar* e *pluriamar*, retirados do poema de Carlos Drummond de Andrade “*Além da Terra, além do Céu*”. Tem-se a ideia de anormalidade, mas esquece-se que muitas palavras do português brasileiro passaram por processos semelhantes antes de serem dicionarizadas, como a palavra *letramento*.

Os fenômenos linguísticos são tratados com extraordinários, fora do comum, assim como o uso do verbo *ter* com sentido de *haver*, que é apresentado como recurso poético que desrespeita as normas da língua padrão.

Na página 201, do Capítulo VII, que aborda os diálogos, na seção de *Interpretação do texto*, encontra-se uma atividade que visa explicitar a fala menos monitorada de uma pessoa escolarizada e como essa linguagem se aproxima dos outros falantes, não-escolarizados, tentando mostrar que as marcas de oralidade estão presentes em qualquer situação.

Atividades: língua falada e língua escrita

O texto a seguir faz parte de um projeto de pesquisa sobre a **língua falada**, cujo objetivo é conhecer e analisar a maneira de falar das pessoas que cursaram ensino superior e que vivem nos grandes centros urbanos, não porque elas falem “mais corretamente”, mas justamente para provar que os falantes usam a língua de forma bastante parecida, mesmo que tenham graus de escolaridade muito diferentes.

Trata-se de um trecho de uma conversa que foi gravada e depois transcrita para estudo.

1. Em duplas: cada um deve assumir a fala de um dos interlocutores. Treinem este diálogo:

DOC* – Bem, então, você podia, começar, falando pra mim é... Você se lembra quando você entrou pra escola seu primeiro dia de aula por exemplo.

LOC** – Não, não me lembro. Não me recordo.

DOC – Bem, mas...

LOC – [Ah sim] tenho recordações do, do meu curso primário mas, primeiro dia. Não me lembro. Eu tenho poucas recordações da infância, não tenho muitas não, assim detalhes eu não tenho, tem alguma coisa assim que fica né, na nossa imagem assim memória, a gente guarda algumas coisas, mas o total mesmo tudo, detalhes assim muito, especificamente de, de... de... dado de detalhes assim, de algum acontecimento assim.

*Doc = documentador ** Loc = locutor

Projeto NURC-RJ. Amostra complementar: Inquérito 001 (masculino/ 32 anos). Tema: instituições, ensino e Igreja. Local/ data: Rio de Janeiro, 28 de abril de 1992. Tipo de inquérito: diálogo entre informante e documentador. Documentador: MA. Projeto NURC-RJ.

Disponível em: <www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/corpora/amostracomplementar/INQ01.htm>.

Acesso em: 20 mar. 2012.

Figura 16. Atividade sobre a fala menos monitorada, p.201. 7º ano

No entanto, o livro não apresenta conceitos que contribuam para que essa investigação seja mais qualitativa e para que os alunos relacionem as ocorrências com determinados processos, como o da palavra *né*. O exercício proposto na sequência, apenas sugere que se faça um levantamento das marcas de oralidade, como pode-se observar a seguir:

2. Esse trecho de diálogo reproduz uma conversa real. Façam um levantamento das marcas da oralidade presentes no trecho:

a) emprego de palavras ou expressões usadas no dia a dia; As palavras: *né, pra.*

b) pausas, hesitações ou interrupções; Partes marcadas com reticências: "*Bem, mas...*", "*falandando pra mim é...*".

c) repetições de palavras ou expressões; Repetição das palavras: *não, assim, de.*

d) uso de expressões que ajudam a dar continuidade à fala. O trecho: *[Ah sim].*

Figura 17. Atividade sobre as marcas de oralidade, p.201. 7º ano

Seria interessante ir além da proposta do exercício e incitar a investigação da origem de algumas marcas de oralidade como a palavra *né*, que é decorrente da locução “não é” e, na frase “...tem alguma coisa que fica *né...*”, expressa a confirmação do que a pessoa disse anteriormente, remetendo ao interlocutor. É uma palavra que provém da economia linguística e que está dicionarizada com advérbio de tempo de uso coloquial. Apesar dessa classificação, assim como o exercício propõe, pode-se observar a ocorrência dessa marca de variação em todos as situações que exijam menos cuidados, e são proferidos por qualquer falante, escolarizado ou não. Além disso, o livro deveria enfatizar que isso é marca de oralidade, mostrando para o aluno que oralidade e escrita tem particularidades e, portanto, alguns termos não podem ser considerados erros.

Esse exemplar possui poucas oportunidades em que se possa trabalhar as particularidades da variação linguística. Os conceitos de norma padrão, variedade culta e norma popular, não são abordados, porém qualquer fenômeno encontrado é taxado como recorrente da linguagem coloquial e, logo em seguida, aparece uma observação remetendo os alunos às regras da “variedade-padrão” que aparece com essa nomenclatura apenas no livro do 6º ano.

Na *Unidade Suplementar*, também se apresenta a questão da competência comunicativa, juntamente com os conceitos de gramática normativa e a gramática natural, já vistas no livro do 6º ano. Apesar do domínio da gramática normativa ser significativo para a comunicação, também se otimiza a gramática natural e as escolhas de linguagem.

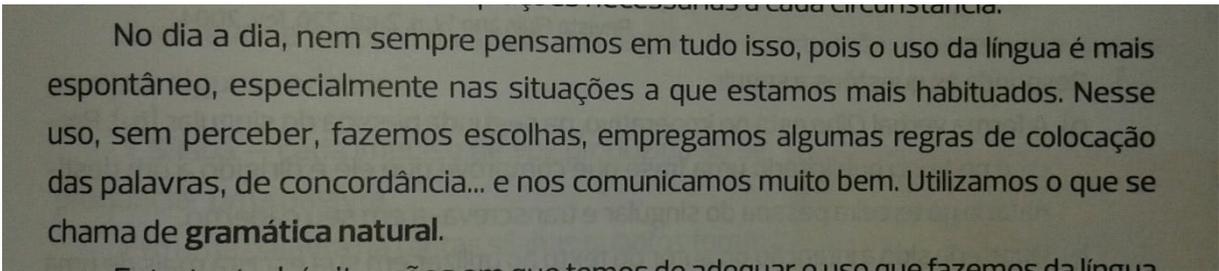


Figura 18. A gramática natural. P. 259. 7º ano

Observa-se que a gramática natural condiz com a gramática internalizada, descrita por Possenti (1996), a qual abarca as habilidades dos falantes de produzirem frases ou sequências compreensíveis dentro de uma língua.

Como se trata de uma unidade tomada como suplemento, poucas vezes o professor utiliza-se dela em suas aulas. Todos os exemplares contêm nessa seção apontamentos importantes, que valorizam, também, a língua materna, expondo a insuficiência da gramática normativa, por si só, na competência comunicativa. Bortoni-Ricardo (2014) elucida sua visão sobre um ensino abrangedor:

Se a língua é sociointeracionalmente determinada, as variantes linguísticas têm como princípio de ocorrência a interferência tanto de fatores sociais, quanto de fatores linguísticos, na medida em que estão dispostas em hierarquias sociais retroalimentadas pela sociedade e pelo próprio sistema linguístico. Além de ser um elemento de ação sobre o mundo. Que tal, então, se promovêssemos, em nossas aulas de língua portuguesa, o respeito a todas as variedades e o ensino daquelas não dominadas por nossos alunos? (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 107)

Nota-se que os fenômenos linguísticos que fomentam a variação linguística foram remetidos a essas unidades suplementares e fica a critério do professor abordá-los ou não. Com base nessa afirmação, e visto o contexto escolar que possui um cronograma que dificulta o ensino de questões que não são “habituais”, entende-se que, por ser um assunto ainda desvalorizado, a variação linguística é deixada de lado, e pouco se consegue abstrair do material disponibilizado.

Os livros destinados ao 8º e 9º ano, não apresentam atividades ou abordagens explícitas relacionadas às questões da variação linguística, propriamente dita. Foram todas suprimidas na unidade que sugere atividades suplementares e por isso não são abordados neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica dos livros didáticos, legislação educacional e formação de professores no Brasil, passou por períodos em que havia maior preocupação científica e menos democrática. Esse fator retirava do material didático, a busca pela cidadania e formação social dos indivíduos, priorizando um ensino *behaviorista* e sem análises reflexivas. Atualmente os órgãos do governo responsáveis pela educação, propõe ações que visam a melhoria da qualidade de ensino e dos materiais essenciais para essa prática.

As propostas de ensino firmadas pelos documentos como PCN, Referencial Curricular e Projeto Político Pedagógico são pertinentes ao contexto histórico atual, e agregam valor às várias formas de linguagem, priorizando a língua como produto sociocultural, oriundo dos processos de comunicação. Em tese, esses documentos primam por uma educação pautada nas práticas discursivas e que os conteúdos sejam subsídios para a análise e reflexão sobre a língua.

Como ferramenta desse ensino, o livro didático se configura peça importante que precisa apresentar com a máxima verdade e clareza os conteúdos pertinentes a cada série escolar, oportunizando meios para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Além disso, é preciso considerar que esse material é relevante para a vida dos alunos e sua trajetória escolar, e devem balizar uma educação que otimize formar cidadãos críticos, reflexivos, participativos, criativos, consciente da diversidade inerente à sociedade.

Diante das análises realizadas observou-se que o livro apresenta a intenção de que os alunos compreendam a complexidade da língua e da linguagem. Mostra que elas são inerentes aos seres humanos e preocupam-se com a formação do aluno e da sua competência comunicativa. Outro ponto positivo é a apresentação da gramática natural, classificada por Possenti como gramática internalizada que agrega valor fundamental à língua materna.

No entanto, a apresentação de conceitos não é substancialmente satisfatória, visto que precisaria distinguir melhor a norma padrão da variedade culta, explicando que a primeira está atrelada a regras de organização de uma língua idealizada, e que todas têm seu grau de importância no ensino de língua.

O problema maior identificado, então, foi a falta de distinções terminológicas e, mesmo assumindo a mudança linguística, não demonstra nos textos e imagens relacionadas, qual fator possibilitou esse processo. Percebe-se, que mesmo tendo ótimas referências na área da Sociolinguística, como o caso do livro *Preconceito Linguístico* de Marcos Bagno, o livro ainda apresenta certas questões de maneira velada, como o caso da formação pronominal, que até cita as trocas de *tu* por *você* e *vós* por *vocês*, mas reforça que é característica apenas da fala.

Além de não apresentar um ensino de variação linguística gradativo, tendo maior ocorrência apenas nos livros do 6º e 7º anos, a coletânea não assume totalmente uma postura revolucionária, mas caminha para a desmarginalização dos fenômenos linguísticos, abordados com um pouco mais de naturalidade.

A análise antecipada do livro didático é de suma importância, pois se pode identificar qual a intenção da aplicação de determinadas atividades, ou verificar se a proposta apresenta conceitos que objetivem a realização de atividades. Além disso, é preciso atentar se os conteúdos expostos condizem com a faixa etária a que se destina, se possuem uma linguagem clara para entendimento do leitor, primando assim por um melhor aproveitamento no estudo pretendido.

A prática pedagógica não se realiza somente pela concretização de regras. Sendo o livro didático um dos meios de ensino, ele deve servir para apoiar as transformações necessárias para que o ensino seja condizente com o contexto social do aluno, evitando assim a formação de ideologias que não sejam pertinentes ao meio em que este aluno está inserido.

É neste sentido que a utilização do livro didático deve passar por uma avaliação crítica, envolvendo tanto a escola como seus alunos, para que possam ser adotados livros que proporcionem atividades pautadas em questões de gênero, classe social, etnia, as mais diversas culturas etc, que se comprometam a desmistificar as verdades absolutas e taxativas, que preconizam ideais e valores de uma hegemonia cultural. Sendo assim, é preciso ter cuidado quanto à escolha desse material, considerando o ensino de variação linguística, para que certos preconceitos não sejam difundidos.

A variação linguística deve ser pensada de um modo positivo, discutindo as suas contribuições para a construção dos sentidos e demonstrando que, nesse tema, se percebe a riqueza da língua e como ela se articula no processo comunicativo.

Outra peça importante nesse contexto é o professor, que precisa ter conhecimento das variações presentes na sua própria língua, e que não atribua à essas diferenças, classificações em escala de valores, pois é exatamente nesse momento que se forma o preconceito linguístico. Extrai-se da língua a sua principal característica: a social, de comunicação, indispensavelmente importante.

A prática do ensino de Língua Portuguesa deve estar atrelada ao contexto social dos alunos. Abordar essas variações existentes como modo de pesquisa antes de iniciar o ensino da gramática, seria uma das soluções para facilitar o aprendizado. Trazer essas questões para a sala de aula auxiliaria o aluno na adequação dessas variedades e melhor compreensão das normas da língua padrão que não devem ser totalmente descartadas desse ensino, dada à importância

em dominar todas as habilidades linguísticas possíveis e assim ter mais recursos funcionais e competência comunicativa.

Os responsáveis pela formulação dos livros didáticos têm que atentar para a questão conceitual, muito mal apresentada nos livros analisados. Apesar do ótimo material de atividades apresentados é preciso que os alunos identifiquem quais as peculiaridades e consigam enxergá-las no seu dia a dia, e não como formas distantes e fora da sua realidade.

Perceber que o ensino de Língua Portuguesa precisa passar por algumas transformações, principalmente no que diz respeito a relacionar língua falada e língua escrita. Entender as suas diferenças e também o seu vínculo indissociável, torna o processo de ensino/aprendizagem mais eficaz. O objetivo é trazer a língua escrita para o contexto social, para o uso real dos alunos visando uma melhora na assimilação dos conteúdos.

Tendo este estudo por base nas salas de aula, é possível ser mostrado ao aluno que as classificações “boa” e “ruim”, “certo” e “errado” não existem, mas que saber adequar em cada situação uma variante linguística é vantajoso. Com esta perspectiva, o ensino tornar-se-á mais promissor e melhor recebido por parte dos alunos, pois identificarão as relações sociais nos discursos, o que facilitará o processo de comunicação.

Nesse sentido, esta pesquisa apresentou algumas considerações e análises iniciais sobre o tratamento da variação linguística no livro didático, espera-se que outras pesquisas possam aprofundar o assunto.

BIBLIOGRAFIA

- ALTENHOFEN, Cléo V MELLO, Heliana, RASO, Tommaso, (orgs). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. *O embate norma popular/ norma culta/ norma padrão: implicações no trabalho com análise linguística para falantes do português rural afro-brasileiro*. 2008. Disponível em: <www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/silvanaaraujo.pdf>. Acesso em: 20 de out. 2015.
- ARAÚJO, Silvana, LUCCHESI, Dante. *A teoria da variação linguística*. 2015. Disponível em <<http://www.vertentes.ufba.br/a-teoria-da-variacao-linguistica>>. Acesso em: 10 de ago. 2015.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. 6. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BAGNO, Marcos, (org). *Linguística da norma*. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística* São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. *Não é errado falar assim! Uma defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAGNO, Marcos, (org). *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- BAGNO, Marcos. *Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BUENO, Elza Sabino da Silva; PRESSOTTO, Paulo Henrique, (orgs). *Estudos linguísticos e literários I: um olhar do lato sensu*. Dourados/MS: Editora UEMS, 2011.

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. *Guia de livros didáticos: PNLD 2014: língua portuguesa: ensino fundamental: anos finais*. – Brasília: MEC/SEB, 2013.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental: *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Saete Flôres, (orgs). *Formação do professor como agente letrador*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Manual de sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemos na escola, e agora?* São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SOUSA, Rosineide Magalhães; FREITAS, Vera Aparecida de Lucas; MACHADO, Veruska Ribeiro, (orgs). *Por que a escola não ensina gramática assim?* São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CARVALHO, Ariana de, SANT'ANA, Máira Ferreira. *O ensino da variação linguística em sala de aula: uma comparação entre teoria e prática*. Minas Gerais: Revista do SELL, v. 4, no. 1, s/a.
- COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. *O tratamento da variação linguística nos livros didáticos de português*. Tese (Mestrado) /Universidade de Brasília, BR-DF, 2007.
- DOURADOS. *Projeto Político Pedagógico: Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo*. Dourados/MS, 2015.
- ELIA, Sílvio. *A língua portuguesa no mundo*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2000.
- ELIA, Sílvio. *Sociolinguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Padrão, Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF/PROED, 1987
- FARACO, Carlos Alberto, ZILLES, Ana Maria Stahl. (orgs). *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015
- FIGUEIREDO, Carla Regina de Souza. *Topodinâmica da variação do português gaúcho em áreas de contato intervarietal no Mato Grosso*. Tese (Doutorado) /UFRGS, Porto Alegre, BR-RS, 2014.
- FIORIN, José Luiz. *Linguística? Que é isso?* São Paulo: Editora Contexto, 2013.

- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. 17 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- LUFT, Celso Pedro. *Língua e Liberdade: por uma nova concepção de língua materna*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.
- LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
- MARTELOTTA, Marcos Eduardo. *Manual de linguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- MARTELOTTA, Marcos Eduardo. *Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011
- PERINI, Mário Alberto. *A língua do Brasil amanhã e outros mistérios*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística: Os níveis de fala: Um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira*. 9. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- POSSENTI, Sírio. *A cor da língua e outras crônicas de linguística*. São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2001.
- POSSENTI, Sírio. *Malcomportadas línguas*. Paraná: Criar Edições, 2000.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001.
- RÉ, Alessandra Del. *Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *“O português são dois” ... Novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.
- TERRA, Ernani. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.